

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	47
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva	104
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	108
---	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	109
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	110
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	111
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	15.276.815	12.518.708	10.586.556
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.340.811	988.601	1.269.585
1.01.01	Caixa	190.648	196.602	199.597
1.01.01.01	Caixa	190.648	196.602	199.597
1.01.02	Aplicações de Liquidez	1.150.163	791.999	1.069.988
1.01.02.01	Revendas a Liquidar - Posição Bancada	1.150.163	791.999	1.069.988
1.02	Ativos Financeiros	13.545.756	11.179.278	8.956.447
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	315.076	279.260	274.507
1.02.01.01	Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios	315.076	279.260	274.507
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	13.230.680	10.900.018	8.681.940
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	575.602	788.594	731.500
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.551.761	1.133.007	1.041.071
1.02.04.04	Operações de Crédito	10.396.744	8.284.175	6.269.511
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-240.904	-203.329	-178.618
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	947.477	897.571	818.476
1.03	Tributos	189.290	158.937	154.356
1.03.03	Outros	189.290	158.937	154.356
1.03.03.01	Créditos Tributários	189.290	158.937	154.356
1.04	Outros Ativos	9.674	9.705	6.753
1.04.03	Outros	9.674	9.705	6.753
1.04.03.01	Outros Ativos	11.474	11.505	8.553
1.04.03.02	Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	-1.800	-1.800
1.05	Investimentos	28	32	32
1.05.05	Outros Investimentos	28	32	32
1.05.05.01	Outros Investimentos	28	32	32
1.06	Imobilizado	60.723	60.758	58.138
1.06.01	Imobilizado de Uso	225.724	213.599	200.623
1.06.01.01	Imobilizado de Uso	225.724	213.599	200.623

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.06.03	Depreciação Acumulada	-165.001	-152.841	-142.485
1.06.03.01	Depreciação Acumulada	-165.001	-152.841	-142.485
1.07	Intangível	130.533	121.397	141.245
1.07.01	Intangíveis	229.897	193.364	196.003
1.07.01.01	Intangíveis	229.897	193.364	196.003
1.07.03	Amortização Acumulada	-99.364	-71.967	-54.758
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-99.364	-71.967	-54.758

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	15.276.815	12.518.708	10.586.556
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	13.216.225	10.595.809	8.853.960
2.02.01	Depósitos	12.448.917	10.304.800	8.476.820
2.02.01.01	Depósitos a Vista	1.694.744	1.608.265	988.318
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	9.153.017	7.241.218	5.853.358
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	0	0	239.032
2.02.01.04	Depósitos de Poupança	1.601.156	1.455.317	1.396.112
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	378.619	102.312	167.037
2.02.02.01	Captação no Mercado Aberto	378.619	102.312	167.037
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	388.689	188.697	210.103
2.02.03.01	Relação Interfinanceira	94.042	72.154	44.727
2.02.03.02	Relações Interdependência	20.059	3.250	2.308
2.02.03.03	Emissão de Títulos	169.199	11.923	149.745
2.02.03.04	Obrigações por Empréstimos no Exterior	78.857	63.230	9.193
2.02.03.05	Obrigações p/ Repasses no País - BNDES	26.532	38.140	4.130
2.03	Provisões	162.807	146.202	136.435
2.03.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	102.367	85.962	75.868
2.03.02	Provisão para Contingências	60.440	60.240	60.567
2.05	Outros Passivos	178.606	137.999	111.583
2.05.01	Outras Obrigações Fiscais	6.086	3.398	9.297
2.05.02	Outras Obrigações	172.520	134.601	102.286
2.07	Patrimônio Líquido	1.719.177	1.638.698	1.484.578
2.07.01	Capital Social Realizado	1.473.122	1.473.121	1.300.664
2.07.04	Reservas de Lucros	246.055	165.577	183.914
2.07.04.01	Reserva Legal	21.024	12.064	12.060
2.07.04.02	Reserva Estatutária	225.031	137.533	171.854
2.07.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	15.980	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	2.605.566	1.841.072	1.561.668
3.01.01	Operações de Crédito	2.061.021	1.659.467	1.479.357
3.01.02	Resultado de Oper. c/ Titulos e Valores Mobiliários	498.417	164.781	67.543
3.01.03	Resultado de Aplicações Compulsórias	31.479	12.149	9.031
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	14.649	4.675	5.737
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.351.428	-508.133	-306.146
3.02.01	Despesas de Captação no Mercado	-1.146.958	-364.601	-178.274
3.02.02	Despesas de Empréstimos e Repasses	-13.677	-5.872	-1.860
3.02.03	Provisão para Crédito em Liquidação Duvidosa	-190.793	-137.660	-126.012
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	1.254.138	1.332.939	1.255.522
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-969.303	-889.868	-771.072
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	178.481	142.888	133.244
3.04.03	Despesas com Pessoal	-570.580	-504.660	-441.076
3.04.03.01	Despesas com Pessoal	-570.580	-504.660	-441.076
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-490.246	-462.904	-381.692
3.04.04.01	Outras Despesas Administrativas	-490.246	-462.904	-381.692
3.04.05	Despesas Tributárias	-85.082	-83.065	-77.175
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-85.082	-83.065	-77.175
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	82.296	69.599	48.698
3.04.06.01	Outras Receitas Operacionais	82.296	69.599	48.698
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-84.172	-51.726	-53.071
3.04.07.01	Outras Despesas Operacionais	-84.172	-51.726	-53.071
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	284.835	443.071	484.450
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-69.971	-159.767	-202.855
3.06.01	Corrente	-100.324	-164.348	-175.325
3.06.01.02	Provisões para Imposto de Renda	-53.891	-84.617	-97.727
3.06.01.03	Provisões para Contribuição Social	-46.433	-79.731	-77.598
3.06.02	Diferido	30.353	4.581	-27.530

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.06.02.02	Ativo Diferido	30.353	4.581	-27.530
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	214.864	283.304	281.595
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	214.864	283.304	281.595
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-35.685	-42.019	-40.396
3.10.01	Participações	-35.685	-42.019	-40.396
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	179.179	241.285	241.199
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	10,664	25,341	25,332
3.99.01	Lucro Básico por Ação	10,664	25,341	25,332
3.99.01.01	ON	10,66412	25,34067	25,33164

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	179.179	241.285	241.199
4.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	179.179	241.285	241.199
4.04	Resultado Abrangente do Período	179.179	241.285	241.199

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	495.285	-169.511	1.207.733
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	535.006	620.117	666.453
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	284.835	443.071	484.450
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	250.171	177.046	182.003
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-39.721	-789.628	541.280
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	212.993	-57.095	281.211
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-430.045	-102.473	-100.767
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras / Interdependência	2.396	-36.504	-28.317
6.01.02.04	Operações de Crédito	-2.269.137	-2.126.715	-1.030.943
6.01.02.05	Outros Créditos	-79.775	-23.559	-42.753
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	31	-2.951	-187
6.01.02.07	Outras Obrigações	1.731	9.466	-28.987
6.01.02.08	Depósitos	2.144.115	1.827.980	2.545.511
6.01.02.09	Obrigações por Operações Compromissadas	276.307	-64.724	-782.341
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipotec., Créd. e Similares	157.275	-137.822	-89.044
6.01.02.11	Obrigações por repasse no país	10.937	8.603	3.817
6.01.02.12	Obrigações por empréstimos	-6.918	79.384	5.705
6.01.02.13	Impostos e contribuição social pagos	-59.631	-163.218	-191.625
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-44.354	-12.848	-35.746
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso	-12.136	-14.758	-3.445
6.02.05	Aplicação no Intangível	-45.905	-10.839	-45.318
6.02.09	Títulos e Valores Moiliários Mantidos até o vencimento	13.687	12.749	13.017
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-98.721	-98.625	-160.821
6.03.03	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Pg ou Prov	-98.721	-98.625	-160.821
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	352.210	-280.984	1.011.166
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	988.601	1.269.585	258.419
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.340.811	988.601	1.269.585

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.473.122	0	165.577	0	0	0	1.638.699
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	22	0	22
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.473.122	0	165.577	0	22	0	1.638.721
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-30.625	0	-68.098	0	-98.723
5.04.06	Dividendos	0	0	-30.625	0	14.645	0	-15.980
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-82.743	0	-82.743
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	179.179	0	179.179
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	179.179	0	179.179
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	111.103	0	-111.103	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	111.103	0	-111.103	0	0
5.07	Saldos Finais	1.473.122	0	246.055	0	0	0	1.719.177

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.300.664	0	183.914	0	0	0	1.484.578
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.300.664	0	183.914	0	0	0	1.484.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	172.457	0	-167.934	0	-91.688	0	-87.165
5.04.01	Aumentos de Capital	172.457	0	-172.457	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	4.523	0	-15.980	0	-11.457
5.04.06.01	Dividendo Adicional Proposto	0	0	15.980	0	-15.980	0	0
5.04.06.02	Dividendos	0	0	-11.457	0	0	0	-11.457
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-75.708	0	-75.708
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	241.285	0	241.285
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	241.285	0	241.285
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	149.597	0	-149.597	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	149.597	0	-149.597	0	0
5.07	Saldos Finais	1.473.121	0	165.577	0	0	0	1.638.698

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.171.043	0	194.431	0	0	0	1.365.474
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.171.043	0	194.431	0	0	0	1.365.474
5.04	Transações de Capital com os Sócios	129.621	0	-194.431	0	-57.285	0	-122.095
5.04.01	Aumentos de Capital	129.621	0	-129.621	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-64.810	0	-11.461	0	-76.271
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-45.824	0	-45.824
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	241.199	0	241.199
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	241.199	0	241.199
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	183.914	0	-183.914	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	183.914	0	-183.914	0	0
5.07	Saldos Finais	1.300.664	0	183.914	0	0	0	1.484.578

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	2.675.550	1.926.830	1.603.038
7.01.01	Intermediação Financeira	2.605.566	1.845.712	1.545.856
7.01.02	Prestação de Serviços	178.481	142.888	133.243
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-190.793	-107.209	-100.947
7.01.04	Outras	82.296	45.439	24.886
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.160.635	-431.990	-217.866
7.02.01	Captação	-1.146.958	-364.601	-178.274
7.02.02	Obrigação por Empréstimo e Repasse	-13.677	-5.872	-1.860
7.02.03	Despesas de Cambio	0	-3.500	-2.157
7.02.04	Titulos e Valores Mobiliários	0	-58.017	-35.575
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-491.430	-389.683	-323.346
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-25.104	-25.729	-22.261
7.03.02	Serviços de Terceiros	-382.154	-362.814	-300.304
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-84.172	-1.140	-781
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.023.485	1.105.157	1.061.826
7.05	Retenções	-47.391	-42.772	-36.872
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-47.391	-42.772	-36.872
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	976.094	1.062.385	1.024.954
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	976.094	1.062.385	1.024.954
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	976.094	1.062.385	1.024.954
7.09.01	Pessoal	526.919	478.936	421.344
7.09.01.01	Remuneração Direta	384.437	355.027	312.328
7.09.01.02	Benefícios	115.002	96.818	88.484
7.09.01.03	F.G.T.S.	27.480	27.091	20.532
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	234.399	310.575	340.156
7.09.02.01	Federais	224.336	302.453	332.478
7.09.02.02	Estaduais	9	0	0
7.09.02.03	Municipais	10.054	8.122	7.678

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	35.597	31.589	22.255
7.09.03.01	Aluguéis	35.597	31.589	22.255
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	179.179	241.285	241.199
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	98.720	75.708	45.824
7.09.04.02	Dividendos	0	15.980	11.461
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	80.459	149.597	183.914

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A
CNPJ: 04.913.711/0001-08
NIRE: 15300000114

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Missão

Criar valor público para o Estado do Pará, como um banco autossustentável, moderno e promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável, com foco na satisfação dos clientes e acionistas.

Visão

Consolidar-se como um Banco de varejo indutor de desenvolvimento sustentável, presente em todos os municípios do Pará, promovendo inovação e inteligência financeira para atrair investimentos e gerar os melhores resultados econômicos e sociais.

Valores

- Compromisso com a satisfação dos clientes e acionistas;
- Lucro como métrica de desempenho operacional;
- Impacto como métrica de criação de valor público;
- Inovação com foco nas demandas do mercado e clientes;
- Transparência, Meritocracia e Responsabilidade socioambiental; Resultados sustentados pela ética e conformidade.





Senhores Acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao ano de 2022, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, perspectivas, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o período.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no *site* ri.banpara.b.br, na seção de central de resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, às notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA





PRINCIPAIS INDICADORES

Índice e Medidas de Eficiência	2022	2021	V12M
Inadimplência (% da Carteira) (1)	1,34%	1,63%	-17,79%
Índice de Basileia	16,60%	18,45%	-10,03%
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA) (2)	1,18%	1,94%	-39,18%
Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido (ROE) (3)	10,64%	15,24%	-30,18%
Índice de Eficiência	74,05%	65,60%	12,88%
Índice de Provisão (4)	2,22%	2,38%	-6,72%
Índice de Cobertura (5)	31,28%	28,30%	10,53%

Itens Patrimoniais	R\$ mil	2022	2021	V12M
Ativos Totais		15.276.815	12.518.707	22,03%
Operações de Crédito (Cart. de Crédito)		10.576.870	8.424.013	25,56%
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez		1.725.765	1.580.593	9,18%
Títulos e Valores Mobiliários		1.551.761	1.133.007	36,96%
Captações Totais		12.996.735	10.419.036	24,74%
Patrimônio Líquido		1.719.177	1.638.698	4,91%

Itens de Resultado	R\$ mil	2022	2021	V12M
Receitas Totais		2.866.342	2.053.558	39,58%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		1.254.138	1.332.937	-5,91%
Resultado Operacional		296.734	447.669	-33,72%
Margem Financeira (6)		1.444.931	1.470.597	-1,75%
Lucro Líquido		179.179	241.285	-25,74%
Receita de Serviços (7)		178.481	142.888	24,91%
Despesa com Provisões *(PCLD)		190.793	137.660	38,60%
Despesas Administrativas (8)		490.246	462.903	5,91%
Margem Líquida (9)		6,80%	12,16%	-44,08%



PRINCIPAIS INDICADORES

- 1) Saldo Devedor Inadimplente do Contrato / Carteira de Crédito.
- 2) Lucro Líquido / Ativo Total (taxa anualizada).
- 3) Lucro Líquido / Patrimônio Líquido (taxa anualizada).
- 4) Provisão Constituída / Carteira de Crédito.
- 5) Receitas de Serviços + Rendas de Tarifas Bancárias / Despesas Administrativas.
- 6) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.
- 7) Prestação de Serviços + Tarifas Bancárias.
- 8) Despesas Administrativas + Outras Despesas Administrativas.
- 9) Lucro Líquido / Receita Total.

(PCLD) - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

V12M - Variação anual

Contato de Relações com Investidores

Igor Barbosa Gonçalves

Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores Contato

+55 91 3348-2879

ri_banpara@banparanet.com.br



AMBIENTE ECONÔMICO

Principais Indicadores Macroeconômicos	2022	2021	2020
IPCA (acumulado em 12 meses)	5,79%	10,06%	4,52%
INPC (acumulado em 12 meses)	5,93%	10,16%	5,45%
Taxa Selic Over (a.a) – efetiva	13,65%	8,76%	1,90%
CDI Overnight (a.a) – efetiva	13,65%	8,76%	1,90%
Taxa de Juros TJLP (a.a) - efetiva	7,20%	5,32%	4,55%

*Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

CENÁRIO ECONÔMICO INTERNACIONAL

O cenário econômico internacional se manteve desafiador no 4T2022 e dados macroeconômicos do início de 2023, a exemplo da taxa de juros e inflação em patamares elevados, reforçam a perspectiva de desaceleração do crescimento global em 2023. Em linha com esse panorama, o Fundo Monetário Internacional (FMI) em seu último relatório *World Economic Outlook Update (WEO)*¹, publicado em janeiro de 2023, estimou que o PIB mundial crescerá 3,40% em 2022 e 2,90% em 2023. Nessa previsão, o Fundo aumentou em 0,20 pontos percentuais (p.p.) a estimativa para 2022 e 2023 em relação ao relatório anterior, outubro de 2022. Contudo, essa projeção está abaixo da média histórica (2000-2019) de 3,80%, conforme mostra o relatório *WEO*. Para 2024, a expectativa do FMI para crescimento da economia global é de 3,10%.

O *WEO* também mostra que a expectativa do FMI para o crescimento das economias avançadas é de 1,20% para 2023 e de 1,40% para 2024. Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, a estimativa de crescimento é de 4,00% para 2023 e de 4,20% para 2024. Já para a Ásia Emergente, a projeção de crescimento para 2023 e 2024 é de 5,3% e 5,2%, respectivamente.

CENÁRIO ECONÔMICO NACIONAL

No cenário nacional, dados das Contas Nacionais, divulgados em dezembro de 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o PIB da economia brasileira apresentou crescimento de 0,40% na passagem do 2T2022 para o 3T2022 (série dessazonalizada). Esse resultado, apesar de positivo, indica que a atividade econômica brasileira desacelerou em relação ao 1T2022 e 2T2022, que apresentaram crescimento de 1,30% e 1,00%, respectivamente. O impacto negativo veio da Agropecuária que apresentou queda de 0,90%, enquanto a Indústria e os Serviços cresceram 0,80% e 1,10%, respectivamente. Em comparação ao 3T2021, o PIB cresceu 3,60% no mesmo período de 2022.

A expectativa do Banco Central do Brasil (Bacen), publicada no Relatório de Inflação do mês de dezembro, para o crescimento do PIB em 2022 aumentou em relação a projeção do Relatório anterior, passando de 2,70% para 2,90%. Já para 2023, a estimativa de crescimento do Bacen manteve-se em 1,00%, com manutenção da perspectiva de redução na demanda interna e nos componentes mais cíclicos da oferta.

Em relação ao nível de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)



apresentou no mês de dezembro de 2022 variação de 0,62% e ficou 0,21 p.p. acima da taxa de 0,41% registrada no mês de novembro, destaque para o grupo de Saúde e cuidados pessoais que apresentou alta de 1,60%, em seguida os grupos de Vestuário e Artigos de residência que apresentaram variação de 1,52% e 0,64%, respectivamente. O acumulado da inflação dos últimos 12 meses foi 5,79%, contra os 10,06% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. De acordo com a Pesquisa Focus, realizada pelo Bacen, a previsão do mercado para a inflação apresentou aumento na mediana das projeções para a variação anual do IPCA em 2023, passando de 5,08% em 2 de dezembro de 2022 para 5,31% em 30 de dezembro de 2022. A estimativa para 2024 também apresentou aumento na mediana, saindo de 3,50% para 3,65%, no mesmo período.

CENÁRIO ECONÔMICO REGIONAL

No cenário regional, a expectativa da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) para o crescimento da economia do Pará em 2022 e 2023 manteve-se mais fraca no 2S2022. A Fundação reviu, em julho de 2022, sua projeção para o crescimento real do PIB paraense em 2022 para 2,04%, ante projeção anterior de 2,56% de março de 2022. Já para 2023, a estimativa de crescimento da economia paraense passou de 3,17% para 2,64%, no mesmo período. Em linha com essa expectativa, o Índice de Atividade Econômica Regional do Pará (IBCRPA) de novembro de 2022 apresentou variação de -2,86% em relação a novembro de 2021 (série dessazonalizada).

A indústria paraense também apresentou resultado negativo, de acordo com dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE, publicada em janeiro de 2023, referente ao mês de novembro de 2022, a produção industrial do Estado apresentou variação de -16,50% em relação a novembro de 2021 (série com ajuste sazonal). Esse resultado foi provocado, principalmente, pelo baixo desempenho das atividades de Indústrias Extrativas que apresentaram variação de -15,57% em novembro de 2022 em relação a novembro de 2021. No acumulado dos últimos 12 meses, o setor industrial do Pará registrou variação de -8,90%.

Quanto ao comércio local, dados divulgados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE publicada em janeiro de 2023, referente ao mês de novembro de 2022, mostram que o volume de vendas do comércio varejista da economia paraense apresentou variação de -1,00% em comparação ao mês de novembro de 2021. Considerando o comércio varejista ampliado, que contempla, além das atividades que compõem o indicador do comércio varejista, as atividades de materiais de construção e veículos, motocicletas, partes e peças, o Pará apresentou variação de -2,50%, nessa mesma base de comparação.

No tocante à inflação, dados do IBGE de dezembro de 2022 mostram que o IPCA apurado na região metropolitana de Belém no acumulado dos últimos 12 meses foi 5,56%. No mês de dezembro de 2022, esse índice apurado no Estado apresentou variação de 1,05%.

No âmbito da gestão fiscal, o Pará apresentou excelente conceito junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no final de 2022. De acordo com o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2022 do Tesouro Nacional, publicado em novembro de 2022, o Estado apresentou nota “A” da CAPAG (Classificação da Capacidade de Pagamentos). Esse resultado demonstra que o Estado do Pará apresentou evolução em sua saúde fiscal junto ao STN em relação aos anos 2020 e 2021, nos quais a nota da CPAG foi “B”.

1- *World Economic Outlook – relatório sobre perspectivas econômicas mundiais, divulgado pelo FMI.*



ANÁLISE DAS OPERAÇÕES

ATIVOS - R\$ MIL

Totais de ativo por tipo	2022	2021	V12M
Disponibilidades	190.648	196.602	-3,03%
Aplic. Interf. de Liquidez	1.725.765	1.580.593	9,18%
Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	1.551.761	1.133.007	36,96%
Relações Interfinanceiras	715.774	679.472	5,34%
Operações de Crédito	10.166.040	8.087.699	25,70%
Outros Créditos	725.869	649.443	11,77%
Outros Valores e Bens	9.674	9.705	-0,31%
Permanente	191.284	182.187	4,99%
Total	15.276.815	12.518.707	22,03%

O Banpará encerrou o exercício de 2022 com Ativo Total no montante de R\$ 15.276.815 mil, aumento de 22,03% quando comparado com 2021, em decorrência do crescimento das operações de crédito, reflexo do aumento dos créditos liberados por meio de empréstimos, com destaque para o consignado e crescimento das aplicações financeiras e TVM's em virtude do aumento da liquidez do Banco.

Aplicações Financeiras	2022	2021	V12M
Interfinanceiras de Liquidez	1.725.765	1.580.593	9,18%
TVM	1.551.761	1.133.007	36,96%
Compulsório Total	559	600	-6,83%
Total	3.278.084	2.714.200	20,77%

A variação nas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez no fechamento de 2022 se mantiveram estáveis, com um pequeno aumento de 9,18%, em função de leve aumento no fluxo de caixa, refletindo na conta de operações compromissadas.

Frisa-se que o aumento de Títulos e Valores Mobiliários (TVM) foi ocasionado devido ao aumento de liquidez do banco ao longo de 2022, tendo sido direcionado tais recursos para compra de títulos públicos de alta liquidez e baixa volatilidade.

O Compulsório Total sofreu variação negativa de 6,83%, quando comparamos o período de dezembro de 2021 a dezembro de 2022. A situação foi ocasionada pela redução em 22,00% no saldo da Reserva Bancária devido a gestão do fluxo de caixa da Reserva por meio da negociação de recursos no Mercado Financeiro, bem como pelo cumprimento da exigibilidade, que foi menor, comparando-se os períodos, principalmente em decorrência do aumento de portfólio de clientes e volume de operações em moeda estrangeira, a qual possui caráter redutor no VSR (Valor Sujeito ao Recolhimento). Em complemento, a variação se deu também em virtude da redução total do Compulsório de Microfinanças, dado o redirecionamento do saldo para produtos de Microcrédito, a partir do ano 2022.



Relatório da Administração Comentário do Desempenho

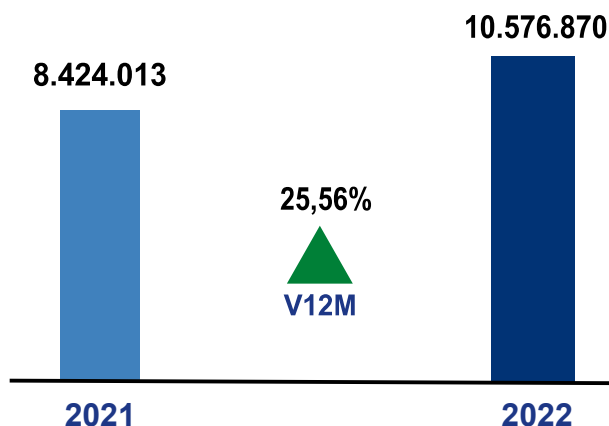
2022

PÁGINA | 010

Captação por Linha de Produto	2022	2021	V12M
Depósitos à Vista	1.694.744	1.608.264	5,38%
Depósitos de Poupança	1.601.156	1.455.317	10,02%
Depósitos a Prazo	9.153.017	7.240.146	26,42%
Letra Financeira	169.198	11.923	1.319,04%
Obrig. por Emp. e Repasses	105.389	101.370	3,96%
Obrig. por Op. Compromissadas	378.619	102.312	270,06%
Total	13.102.034	10.519.334	24,55%

As captações aumentaram no volume de 24,55% frente ao ano anterior, o que mantém os níveis de liquidez do Banco em patamares adequados face a estratégia de ganho de escala em negócios. Dentre os instrumentos financeiros de captação com maiores variações, a Letra Financeira (LF), o Depósito a Prazo e as operações compromissadas foram os produtos que se observa maior incremento, com aumento respectivamente de 1.319,04%, 26,42% e 270,06%.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - R\$ MIL



As Operações Totais de Crédito alcançaram um incremento de 25,56% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, reflexo do aumento de créditos liberados por meio de empréstimos, com destaque para o consignado.

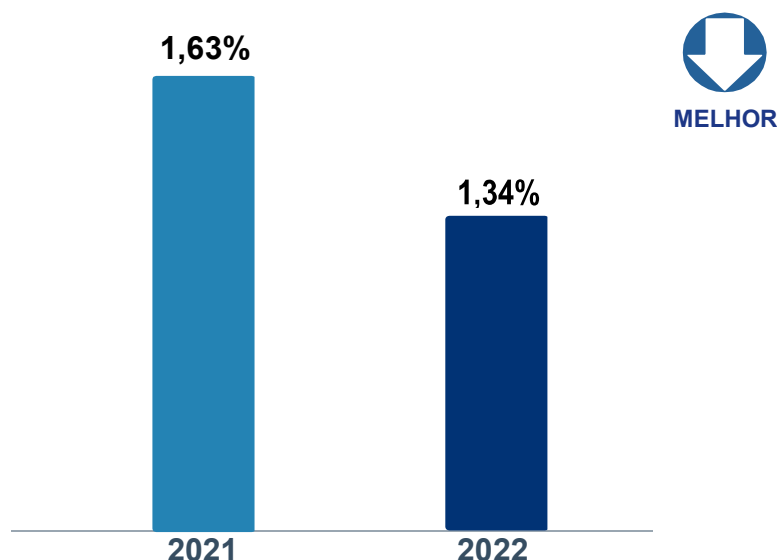
QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR FAIXA DE RISCO

Nível de Risco	R\$ Mil					% Carteira		
	4T/22	3T/22	4T/21	V3M	V12M	4T/22	3T/22	4T/21
AA	6.415.849	6.841.339	4.906.420	-6,22%	30,76%	60,66%	66,49%	58,24%
A	3.528.782	2.834.756	3.509.427	24,48%	0,55%	33,36%	27,55%	41,66%
B	230.396	231.326	131.535	-0,40%	75,16%	2,18%	2,25%	1,56%
C	55.858	61.126	84.734	-8,62%	-34,08%	0,53%	0,59%	1,01%
D-H	345.984	321.361	291.397	7,66%	18,73%	3,27%	3,12%	3,46%
Total	10.576.869	10.289.908	8.424.013	2,79%	25,56%	100,00%	100,00%	100,00%



O Banpará mantém 96,73% do crédito nas classes de risco AA - C. A razão pelo qual se sustenta essa classificação, está relacionada a concentração do crédito em operações com consignação em folha e concessões de crédito Pessoa Jurídica com garantia associada.

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA - ACIMA DE 90 DIAS



O saldo de operações de crédito vencidas há mais de 90 dias apresentou redução de 0,29 p.p. em 12 meses

ANÁLISE DOS RESULTADOS

RECEITAS - R\$ MIL

Abertura das Receitas	2022	2021	V12M
Operações de Crédito	2.061.021	1.659.467	24,20%
Resultado de Aplic. Interf. e Operações com TVM	498.417	164.781	202,47%
Resultado das Aplicações Compulsórias	31.479	12.148	159,13%
Resultado de Operações de Câmbio	14.649	4.675	213,36%
Receita de Serviços	178.481	142.888	24,91%
Outras Receitas Operacionais	76.362	55.235	38,25%
Receitas não operacionais	5.934	14.365	-58,69%
Total	2.866.342	2.053.558	39,58%

As receitas do Banpará em 2022 tiveram um aumento de 39,58% quando comparado com 2021, em virtude da expansão das receitas com operações de crédito, resultante dos empréstimos, com destaque para o produto consignado, resultado positivo com aplicações financeiras e TVM's, dada a alta liquidez do Banco, aumento no resultado com operações de câmbio e sua respectiva variação cambial que ensejou o aumento na linha de outras receitas operacionais.



CUSTOS E DESPESAS - R\$ MIL

Despesa com Intermediação Financeira	2022	2021	V12M
Operações de Captação no Mercado	1.146.958	364.601	214,58%
Oper. de Empréstimos e Repasses	13.677	5.872	132,91%
Provisão para Operações de Crédito	190.793	137.660	38,60%
Total	1.351.428	508.133	165,96%

O Banpará apresentou um aumento nas despesas com intermediação financeira de 165,96% no exercício de 2022 em comparação a 2021 influenciado pelo crescimento das despesas de captação em decorrência do aumento da taxa SELIC e crescimento da provisão para operações crédito, consequência do aumento da carteira de crédito do Banco.

Despesas com Pessoal	2022	2021	V12M
Proventos	343.601	308.095	11,52%
Benefícios	96.405	80.390	19,92%
Encargos Sociais	123.438	109.412	12,82%
Treinamentos e Outros	7.136	6.762	5,54%
Total	570.580	504.659	13,06%

As despesas com pessoal no exercício de 2022, quando comparado com 2021, apresentou aumento de 13,06%, em decorrência, principalmente, do reajuste salarial proveniente de acordo coletivo.

Outras Despesas Administrativas	2022	2021	V12M
Serviços de Terceiros	136.433	116.890	16,72%
Consumo, Manutenção e Materiais	75.925	81.675	-7,04%
Sistema de Processamentos de Dados	122.587	121.306	1,06%
Aluguéis	35.597	31.589	12,69%
Depreciação e Amortização	47.390	42.771	10,80%
Propaganda e Publicidade	28.165	29.410	-4,23%
Transporte	34.378	30.270	13,57%
Demais Despesas Administrativas	9.771	8.993	8,65%
Total	490.246	462.904	5,91%

As despesas administrativas de 2022, quando comparadas com 2021, apresentaram aumento de 5,91%, com destaque para as despesas com serviços de terceiros, em virtude de reajustes contratuais, despesa com transporte e de aluguéis reflexo da expansão da rede de agências e despesas com amortização reflexo do aumento do intangível do Banco.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração Comentário do Desempenho

2022

PÁGINA | 013

Despesas Tributárias	2022	2021	V12M
Contribuição ao PIS/PASEP	10.423	10.402	0,21%
Contribuição ao COFINS	64.144	64.010	0,21%
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza - ISS	8.940	7.149	25,04%
Outras Despesas Tributárias	1.575	1.504	4,65%
Total	85.082	83.065	2,43%

As despesas tributárias de 2022 em relação a 2021 apresentaram aumento de 2,43%. Apesar do crescimento das receitas, os impostos federais não aumentaram na mesma proporção, em decorrência das despesas de captação que são deduzidas da base de cálculo, no entanto, o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS aumentou proporcionalmente às receitas de serviços.

Outras Despesas Operacionais	2022	2021	V12M
Serviços Associados a Transações de Pagamento	3.025	2.753	9,88%
Descontos Concedidos em Renegociações	927	890	4,10%
Variação cambial e diferença de taxas	2.267	-	0,00%
Ordens de Pagamento em Moeda Estrangeira	17.083	4.108	315,87%
Estorno de rendas	966	1.426	-32,29%
Provisões Passivas	27.466	15.220	80,46%
Provisão para Outros Créditos em liquidação	10.216	5.035	102,91%
Ações Cíveis	1.807	2.177	-16,97%
FCVS - Ajuste Rap/Refin.	103	335	-69,32%
Outras	2.478	820	202,20%
Total	66.338	32.764	102,47%

As outras despesas operacionais de 2022 tiveram aumento de 102,47% quando comparadas com 2021. Com destaque para aumento nas provisões para outros créditos em virtude do crescimento da carteira ativa, aumento nas provisões passivas, reflexo da licença prêmio e aumento nas operações cambiais dada a variação da taxa do dólar e do euro.

RATING

**STANDARD
& POOR'S**

(BB-/B)
Rating
Escala Global

(brAA+/brA-1+)
Rating
Escala Nacional

MOODY'S

(Ba2/NP)
Rating
Escala Global

(AA.br/ML A-1.br)
Rating
Escala Nacional



As notas atribuídas ao Banpará pelas agências de classificação de risco (Agências de *Rating*) refletem o desempenho operacional e a qualidade da Administração da Companhia.

A Standard & Poor's – S&P, em agosto de 2022, manteve o *rating* do Banco em escala nacional e global, devido ao resultado de sua pequena exposição a segmentos e ativos mais arriscados, que contribuiu para um desempenho financeiro sólido e estável mesmo durante o período de crise econômica. A S&P destacou também que vê a captação do Banpará como mais forte do que a média do sistema bancário brasileiro por conta de sua competitiva vantagem decorrente da sua condição de principal entidade bancária do governo estadual. Além disso, a S&P considera que os fatores de crédito ambientais, sociais e de governança do Banpará estão amplamente alinhados com os de sua indústria pares.

A Moody's Local, em outubro de 2022, reafirmou os *ratings* de depósito de longo prazo de AA.br e de curto prazo de ML A-1.br, reflexo dos sólidos fundamentos financeiros do Banco, como o financiamento das operações através de uma base granular e estável de depósitos. A Moody's destacou que o Banpará possui um papel estratégico na oferta de produtos e serviços financeiros na região, que conta com uma baixa presença de bancos privados, tornando a empresa bem consolidada, com boa participação em crédito e depósitos no Pará. Além disso, a Moody's enfatizou a baixa exposição do Banpará a riscos ambientais, devido ao ativo trabalho para incorporar princípios de sustentabilidade em suas linhas de negócio. Já a Moody's, em outubro de 2021, apresentou relatório com perspectiva estável e bem consolidada em relação ao Banpará. Os *ratings* do Banco refletem os fundamentos financeiros sólidos, incluindo elevada capitalização, forte geração de lucros, bem como métricas de qualidade de ativos que se beneficiam principalmente da carteira de baixo risco de créditos consignados.

Os relatórios das Agências de *Rating* estão disponíveis no site de RI do Banpará (ri.banpara.b.br) na seção de Governança Corporativa e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

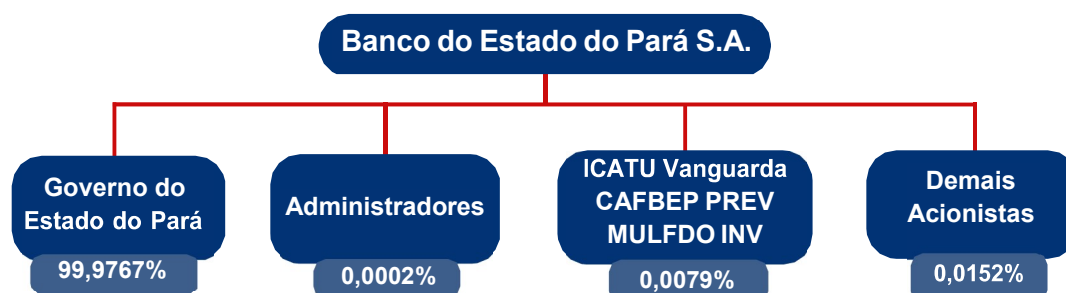
COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionista	Ações
Governo do Estado do Pará	9.519.433
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755
Administradores	17
Outros	1.444
Total	9.521.649

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no País e com direito ao voto. O quadro acima indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banpará com base em 31 de dezembro de 2022.



ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO



PAGAMENTO DE JSCP/DIVIDENDOS

Em 2022, o Banpará realizou o pagamento de Juros Sobre Capital Próprio - JSCP referente ao resultado apurado no 1T2022, 2T2022 e 3T2022. Na próxima Assembleia Geral, a ocorrer no dia 28/04/2023, será deliberado sobre o pagamento dos Dividendos com referência ao ano de 2022.

HISTÓRICO DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JSCP - 2021 / 2022

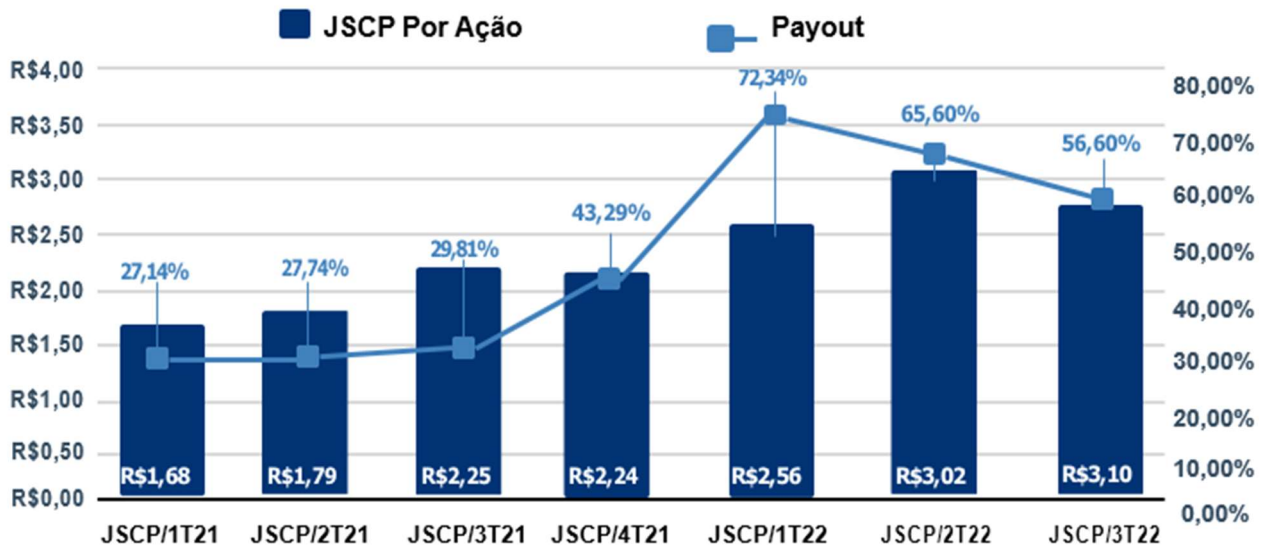
Proventos	2021	2022	V12M (%)
JSCP/1ºT	R\$16.030.252,42	R\$24.361.201,06	51,97%
JSCP/2ºT	R\$17.004.781,75	R\$28.839.912,57	69,59%
JSCP/3ºT	R\$21.391.576,14	R\$29.540.285,57	38,10%
JSCP/4ºT	R\$21.282.512,56	- *	- *
Dividendos	R\$15.979.244,63	-	-
Total	R\$91.688.367,50	R\$82.741.399,20	

JSCP	2021	2022	V12M (%)
1ºT ao 4ºT	R\$54.426.610,31	R\$82.741.399,20	52,02%

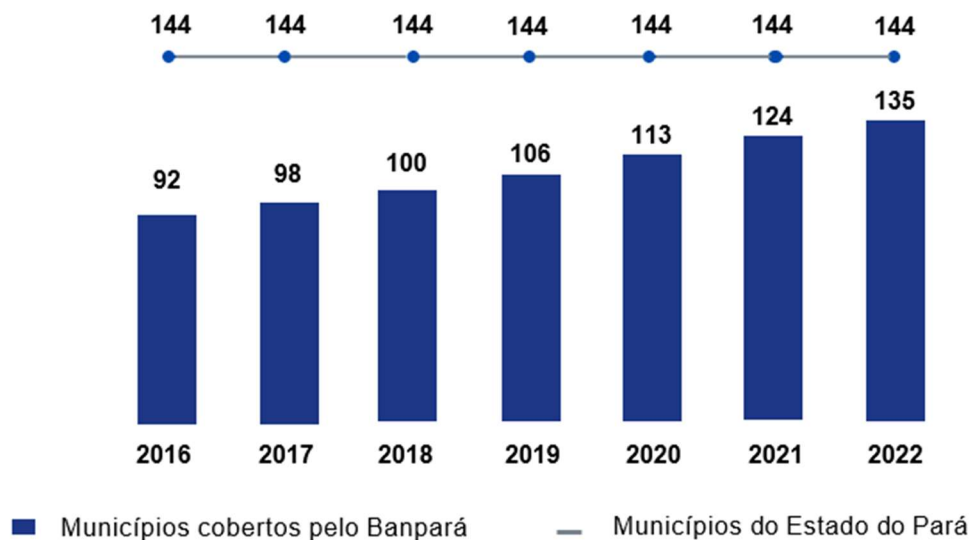
* No ano de 2022, foram realizados pagamentos de JSCP até o 3T2022.



EVOLUÇÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO DO BANPARÁ NOS ÚLTIMOS TRIMESTRES



COBERTURA GEOGRÁFICA



O Banpará finalizou o ano de 2022 com 190 unidades de atendimento, entre agências e postos de atendimento, distribuídos em 136 municípios paraenses, contemplando **94,44%** dos municípios do Estado.

Nesse período, foram inaugurados 14 pontos de atendimentos, sendo 12 agências em: São Francisco do Pará, Santarém Novo, Quatipuru, São João do Araguaia, Terra Alta, Santa Cruz do Arari, Mãe do Rio, Uruará, São Domingos do Capim, São Sebastião da Boa Vista, Belterra, Peixe-boi e 2 postos de atendimento em Benevides (PA Murinin) e Belém (PA Santa Casa), todas em municípios que não possuíam unidades do Banpará.



MARKET SHARE

NÚMERO DE AGÊNCIAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA¹: 2022 E 2021

Região de Integração ¹	2022			2021		
	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará
Araguaia	15	42	35,71%	15	42	35,71%
Baixo Amazonas	14	44	31,82%	13	43	30,23%
Carajás	14	54	25,93%	13	54	24,07%
Guajará ²	18	127	14,17%	18	133	13,53%
Guamá	18	41	43,90%	14	38	36,84%
Lago de Tucuruí	06	24	25,00%	06	24	25,00%
Marajó	13	21	61,90%	10	18	55,56%
Rio Caetés	15	30	50,00%	12	26	46,15%
Rio Capim	16	45	35,56%	14	43	32,56%
Tapajós	06	14	42,86%	06	14	42,86%
Tocantins	12	42	28,57%	12	42	28,57%
Xingu	09	26	34,62%	08	25	32,00%
Total	156	510	30,59%	141	506	28,09%

¹Trata-se de agrupamento territorial dos municípios do Pará adotado oficialmente pelo Governo do Estado para gerenciamento das suas políticas públicas.

² Nesta RI fazem parte 05 dos 07 municípios da Região Metropolitana de Belém. São eles: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará.

³Fonte: ESTBAN – Relação de Agências (base: outubro/2022 e outubro/2021).



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração Comentário do Desempenho

2022

PÁGINA | 018

MARKET SHARE EM RELAÇÃO AO MERCADO - % - NO ESTADO: 2022, 2021 E 2020 (VALORES EM R\$ MIL)

	2022 ¹			2021			2020		
	Banpará	Pará	Market Share	Banpará	Pará	Market Share	Banpará	Pará	Market Share
Depósitos a prazo	8.826.103	20.698.397	42,60	7.241.217	17.887.707	40,48	5.853.358	15.987.741	39,59
Depósitos à vista	1.554.079	5.795.531	26,82	1.608.264	5.988.188	26,86	988.318	5.700.408	17,34
Depósitos de poupança	1.599.071	13.931.221	11,48	1.455.317	14.219.699	10,23	1.396.112	14.318.284	9,75
Operações de Crédito	10.193.512	47.877.482	21,29	8.284.175	39.446.232	21,00	6.269.511	30.815.691	20,35

¹ Fonte: ESTBAN - Valores com base no mês de outubro/2022 e dezembro/2021 e 2020.

CANAIS E CLIENTES

TRANSAÇÕES FINANCEIRAS

Canais de Atendimento Eletrônico	2022	2021	▲ V12M
Internet Banking	1.020.776	1.644.551	-37,93%
Mobile Banking	132.825.482	93.840.806	41,54%
ATM Banpará	14.410.680	15.753.243	-8,52%
Rede Saque e Pague	10.296.195	12.142.249	-15,20%
Banco 24 Horas	4.940.700	4.403.621	12,19%
Total	163.495.855	127.786.491	27,94%

No ano de 2022, houve um crescimento de 27,94% no total de transações efetuadas pelos canais eletrônicos, em comparação com o ano de 2021, com destaque para o aumento de transações no Mobile Banking em 38.984.676 transações, reflexo da disponibilidade de produtos e serviços e aprimoramento do app do Banpará

Destaques nos Canais de Atendimento Eletrônico



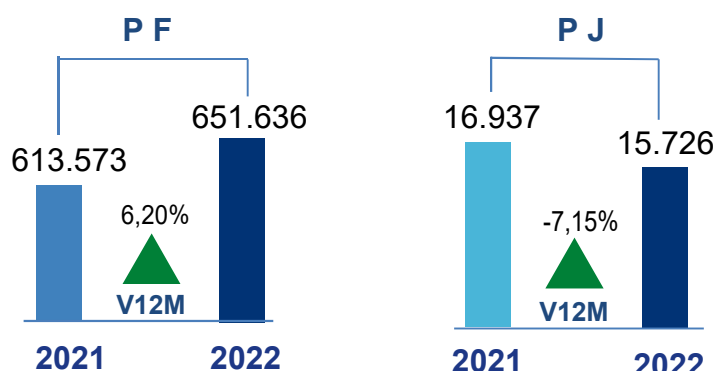
163.4 MILHÕES
de Transações Financeiras nos
canais de Atendimento
Eletrônico



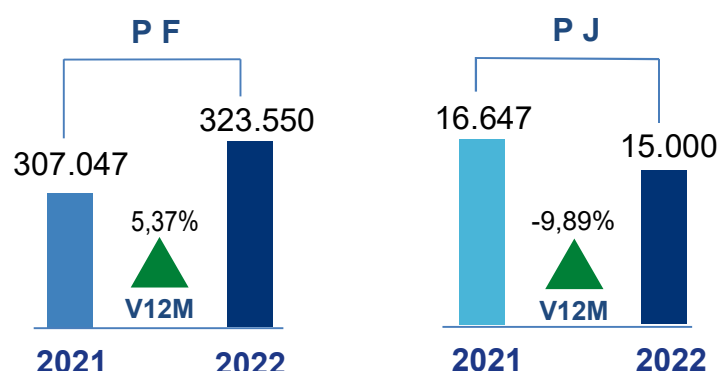
132.8 MILHÕES
de transações pelo canal digital
Mobile Banking



CLIENTES ATIVOS



CONTAS CORRENTES ATIVAS



	2022	2021	V12M
Total	667.362	630.510	5,84%

	2022	2021	V12M
Total	338.550	323.694	4,59%

O Banpará finalizou o ano de 2022 com **667.362** clientes ativos no total, sendo 651.636 Pessoas Físicas e 15.726 Pessoas Jurídicas.

Em relação à base de clientes, o Banpará apresentava no ano de 2022, **338.550** contas-corrente ativas no total, sendo 323.550 de Pessoas Físicas e 15.000 de Pessoas Jurídicas.

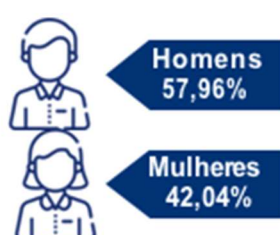
PERFIL DOS COLABORADORES

O Banpará finalizou o ano de 2022 com 2.595 empregados ativos, e, ao se considerar a composição por gênero, 57,96% dos funcionários eram do gênero masculino e 42,04% do gênero feminino. Nas funções administrativas da Matriz e das Agências, considera-se para a matriz os Diretores, Assessores, Superintendentes e Chefes de Núcleos e para as agências o Gerente Geral.

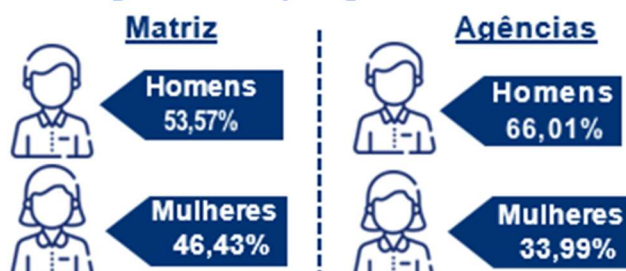
Quanto à faixa etária, é acentuada a prevalência da faixa de 31 a 40 anos sobre as demais, correspondendo a participação de 43,28% do funcionalismo.

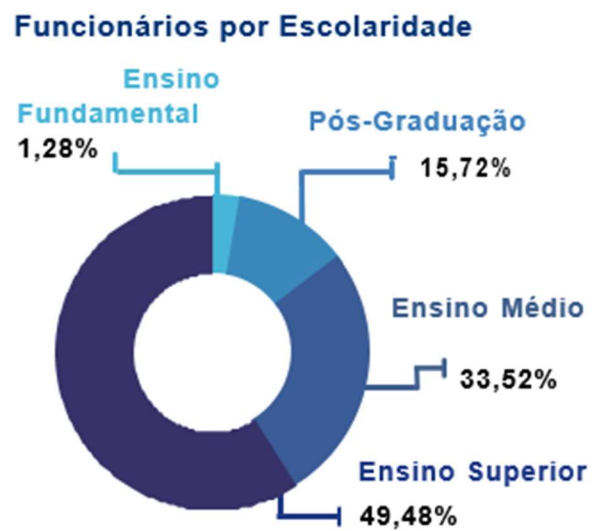
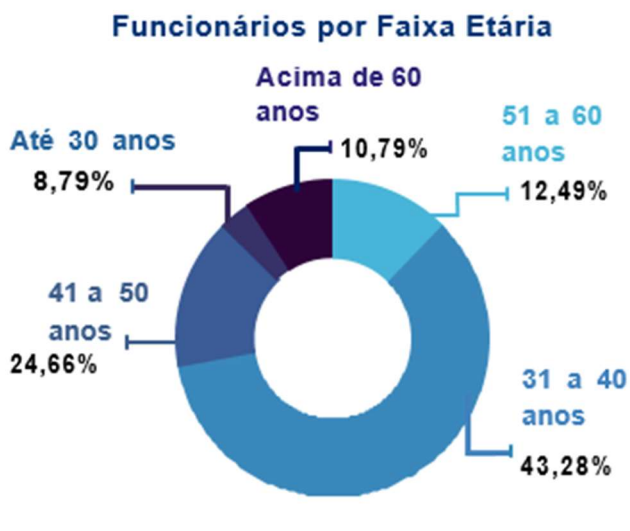
O Banco possui em seu quadro empregados de cargo nível superior, médio e fundamental, equipe admitida por concurso público.

Perfil dos funcionários por gênero



Ocupação de função gratificada gerenciais por gênero





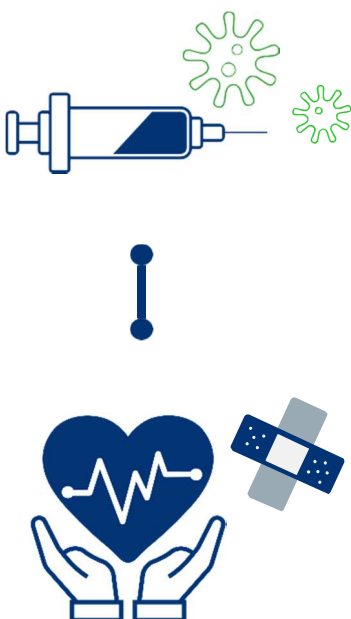
JOVENS APRENDIZES

O Banco possui um programa voltado para o Jovem Aprendiz, recrutando estudantes a partir do 9º ano do fundamental com no mínimo 14 anos. No ano de 2022, o Banpará tinha 53 aprendizes

ESTAGIÁRIOS

O Banpará possui um programa de estágio para estudantes do ensino médio e ensino superior, que oferece oportunidades para jovens a partir de 16 anos, matriculados a partir do 2º ano do ensino médio e para estudantes universitários que tenham cursado a partir de 50% do curso em que esteja matriculado. Até o ano de 2022, o Banpará contava com 289 estagiários.

SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA



O Banpará realiza análise dos postos de trabalhos implantando programas de saúde e segurança voltados para prevenção de doenças e acidentes de trabalho (através de exames periódicos), assim como campanhas de saúde e conscientização em conjunto com as CIPAS.

Além disso, planeja, organiza, executa ações de promoção da saúde (palestras, encontros), campanhas preventivas (saúde mental, prevenção ao suicídio, câncer de mama, câncer de próstata, vacinação etc.) e incentiva a alimentação saudável contribuindo para a prevenção de doenças e/ou recuperação da saúde dos funcionários.

O Banpará também possui o Programa Mais Saúde, que proporciona incentivo aos funcionários a gerenciarem melhor a sua saúde, adotando uma rotina de check-up periódico, e, com isso, ainda participarem de sorteios de diversos prêmios. O check-up periódico



ajuda a prevenir o surgimento de patologias, impactando de forma positiva na qualidade de vida, com importantes reflexos na performance no ambiente de trabalho. Banpará garante, ainda, apoio a dependente químico e acompanhamento social a funcionários do Banco.

Outra ação importante de incentivo à saúde é a oferta mensal de sessões de **Terapias Holísticas**, além do **Abono Atividade Física** que é um incentivo financeiro à prática de atividades físicas, os quais as quais contribuem para a prevenção de doenças e/ou recuperação da saúde, garantindo melhoria da qualidade de vida do empregado.

INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO

O Banpará ofereceu 204 cursos de capacitação no ano 2022. Dentre eles estão: Cursos obrigatórios, Acompanhamento do Desenvolvimento da Liderança – ADL, Power BI, Criptografia, Conhecendo Libras e Congressos em temas relevantes ao Banco.

Os treinamentos foram promovidos pela Universidade Corporativa Banpará - UniBanp, que tem como principal objetivo a capacitação e o aperfeiçoamento do capital intelectual, com foco no alcance de resultados, em consonância com o Planejamento Estratégico do Banco. Desde o início do ano de 2022, a UniBanp, em parceria com diversas áreas, vem ofertando treinamentos online, com instrutores internos e externos para atender de forma célere as necessidades do negócio.

Dentre os temas disponibilizados em 2022, destacamos:

Atendimento ao SARB nº 014/2014 ESG (EAD): Um novo jeito de investir (online): para os empregados do Banco. Seu objetivo é formalizar as diretrizes e procedimentos fundamentais para a incorporação de práticas de avaliação e gestão de riscos socioambientais nos negócios e na relação com as partes interessadas. Houve a adesão de aproximadamente 1.400 empregados.

Acompanhamento de Liderança – ADL (Online): Para os gerentes gerais e coordenadores de todas as Agências e Postos do Banco. O Acompanhamento tem como objetivo agregar valor na formação e desempenho profissional dos gestores, habilitando-os a compreender a importância dos temas propostos e a necessidade de compartilhar o conhecimento com suas equipes. Temas trabalhados (Assédio Moral, Mediação de Conflitos, Avaliação de Desempenho Funcional – ADF, Código de Ética e Normativos Internos). Houve a adesão de aproximadamente 770 empregados.

Contabilidade Bancária (Presencial): Para os empregados da Superintendência de Captação e Numerários e Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Social. O curso objetivou propiciar o entendimento dos fluxos das contabilizações bancárias por meio da elucidação de aspectos teóricos e demonstração de exemplos práticos aplicados ao Banpará. Destacamos a preocupação da UniBanp em formar turmas específicas de uma área ou áreas afins, a fim de que fosse dada a devida importância à particularidade de cada Unidade. Houve a adesão de 30 empregados das áreas demandantes.



Criptografia (Online): Para todo corpo funcional objetivando demonstrar a importância da Criptografia e como deve ser utilizada. Tivemos uma adesão de 1.943 empregados realizaram o curso.

Conhecendo libras (Online): Objetivando demonstrar a importância da Língua Brasileira de Sinais, como fermenta de acessibilidade e inclusão. E essa importância de potencializa quando facilita a nossa comunicação com os nossos clientes internos e externos. Essa capacitação visou atender os empregados das agências e postos que ainda haviam aderido às capacitações anteriores. Tivemos uma adesão de 391 empregados que realizaram o curso.

Técnicas de Negociação e Vendas (Online): Para as equipes de atendimento das Agências do Polo Marabá II, objetivando o desenvolvimento técnico e comportamental da equipe de vendas, de modo a fornecer conhecimento prático sobre metodologias, técnicas e ferramentas que irão potencializar a assertividade dos profissionais em cada etapa do atendimento, até o fechamento da venda. Houve a adesão de 90 empregados.

Dentre outros temas abordados, destacamos: Fundos de Investimentos, Scrum – o guia prático para projetos, Fraudes Corporativas: conceito, prevenção e avaliação + Scrum, 42º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna – Conbrai, Adesão Banparacard nos Canais Mobile e IBK, Como implementar um sistema de indicadores de desempenho e processos, Curso preparatório para certificação de controles internos, Power BI, OWASP: Padrão de Verificação de Segurança de Aplicações, Segurança Web: Vulnerabilidades do seu Sistema e OWASP, entre outros.

Por meio do Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará - PDEB, o Banco tem proporcionado aos seus funcionários incentivos para a educação continuada, com ressarcimentos de 50% a 80% em cursos de graduação e pós-graduação, beneficiando no ano de 2022 um total de 137 empregados beneficiado pelo Programa.

GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS E DE CAPITAL

O Banpará no que diz respeito ao gerenciamento de risco financeiro e de capital e ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos, desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado e normas internas e externas, utilizando como parâmetro o contínuo aprimoramento dos processos, das políticas e dos sistemas, visando gerar informações sistematizadas que servirão de base à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos organizacionais, em convergência aos seus objetivos estratégicos.

Ressalta-se que a estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital do Banpará são compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos.

Visando alcançar a amplitude devida, bem como as implementações de ações mitigadoras de forma tempestiva, a Área de Gestão de Risco Financeiro disponibiliza aos Órgãos de Governança, relatórios produzidos mensalmente e trimestralmente ou extraordinariamente em situações de exposições potenciais a riscos que necessitem de correções imediatas.



RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo essa resolução, o Risco de Mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

No Banpará, a Gerência de Risco de Mercado e Liquidez e Gestão de Capital é responsável pela medição, monitoramento e controle das exposições aos riscos de mercado, identificação prévia dos riscos inerentes às novas atividades e produtos, análise tempestiva de suas adequações aos procedimentos e controles adotados. Além disso, o gerenciamento de risco de mercado também envolve um conjunto de áreas administrativas/estratégicas da Instituição, para as quais são reportadas posições e exposições em relatórios mensais ou extraordinários.

RISCO DE LIQUIDEZ

Define-se como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, como também a possibilidade da instituição não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de Risco de Liquidez do Banpará é realizado com base em sua Política Institucional, onde são estabelecidas as diretrizes constituídas pelo Conselho de Administração, alinhadas à Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações posteriores, aos princípios do Acordo de Basileia e às melhores práticas adotadas pelo mercado financeiro.

O gerenciamento de risco de liquidez visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia, em situações normais ou de estresse, contemplando avaliação diária de eventuais impactos nos ativos de alta liquidez do Banpará.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros, e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Banpará utiliza no processo de concessão de crédito para classificação do nível de risco de seus clientes pessoa física e jurídica, a análise objetiva, pautada em modelos internos de avaliação de risco de crédito e, caso necessário, análise subjetiva realizada pelo núcleo de análise ou comitês de crédito, conforme limites estabelecidos por alçadas decisórias.



O processo de concessão de crédito é estruturado levando-se em conta a premissa de que o risco de crédito se compõe do somatório do risco do cliente e risco da operação, adicionando-se, para pessoa jurídica, o risco do grupo econômico.

Na constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa – PCLD, para cada operação são consideradas a avaliação e classificação do cliente/grupo econômico, a natureza e finalidade da operação, as características de garantias e a pontualidade nos pagamentos. O Banco classifica suas operações de crédito de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682 /1999, que define níveis crescentes de risco, os quais são AA, A, B, C, D, E, F, G ou H.

O controle e acompanhamento ocorre por meio do monitoramento de indicadores de concentração, atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira e setor de atividade, entre outros, permitindo assim, evidenciar situações de risco de crédito relevantes para implantação de controles e adequação de normas e políticas internas. Tais indicadores são devidamente reportadas aos Órgãos de Governança e demais áreas envolvidas no processo creditício.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 define-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de avaliação, monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, necessário para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta, assim como o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O Conselho Monetário Nacional visando à ampliação da resiliência e solidez dos bancos criou os “colchões” adicionais ao capital regulamentar, o Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das seguintes parcelas:

- Adicional contracíclico de capital principal (ACP*Contracíclico*), no máximo 2,50% do montante do RWA:

- O fator multiplicador do Bacen (ACCPiBRASIL) está igual a zero, portanto não impacta a posição do Banpará;

- Adicional de importância sistêmica de capital principal (ACP*Sistêmico*), até 2,00% do montante do RWA:

- O Banpará não está enquadrado no Fator Anual de Importância Sistêmica – FIS, pois o Banco pertence ao segmento S3, desta forma o impacto também é zero;

- Adicional de conservação de capital principal (ACP *Conservação*), 2,50% do montante do RWA;

- Na base atual, para o cálculo de capital mínimo do Banpará, considera-se o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência de 8,00% e o ACP*Conservação* de 2,50%, onde a soma dos dois fatores relacionados compõe o requerimento mínimo do Índice de Basileia de 10,50%.

Para fins gerenciais, o Banpará definiu na Declaração de Appetite por Riscos o limite gerencial mínimo de 15,00% de IB, o percentual abaixo desse limite (14,99%) é considerado como acionador do Plano de Contingência de Capital.



Para o 4T2022 as posições de capital se apresentaram da seguinte forma:

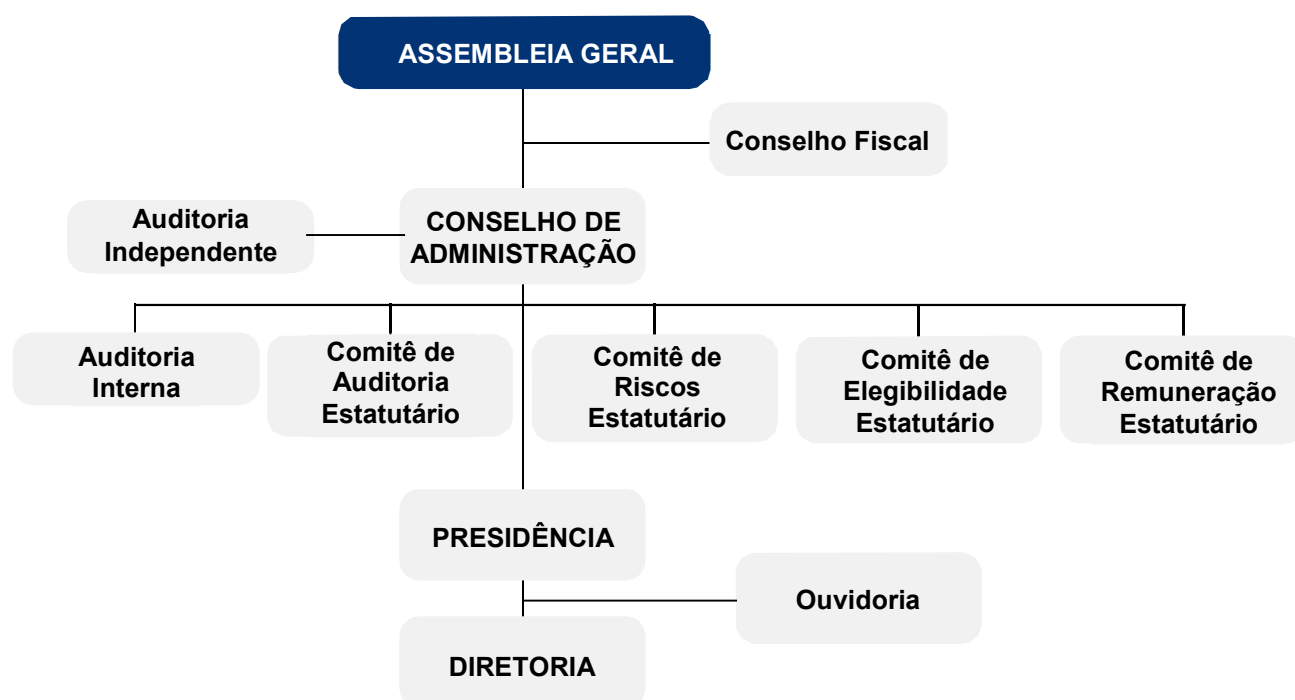
Gestão de Capital - R\$ mil	4T2022	3T2022	4T2021	V3M	V12M
Patrimônio de Referência (PR)	1.588.644	1.569.671	1.517.301	1,21%	4,70%
PR Nível I	1.588.644	1.569.671	1.517.301	1,21%	4,70%
PR Nível II	-	-	-	-	-
Índice de Basileia (IB)	16,16%	15,97%	18,45%	1,19%	-12,40%

O Patrimônio de Referência - PR do Banpará atingiu no 4T2022, o montante de R\$ 1.588.645 mil, um aumento de 1,21% e 4,70%, quando comparado com o 3T2022 e 4T2021, respectivamente, impulsionado pelo resultado líquido do período.

O Índice de Basileia – IB no 4T2022 foi de 16,16%, um aumento de 1,19% em relação 3T2022 e uma redução de 12,40% em relação 4T2021. Ressalta-se que para o período analisado a variação do montante de RWA cresceu em 0,05% e 19,57%, 3T2022 e 4T2021, respectivamente. Por fim, o IB ficou acima do estipulado na Declaração de Apetite por Risco – RAS (15,00%) e do exigido pelo Bacen (10,50%), demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos.

Informações detalhadas sobre o gerenciamento de capital, de risco de mercado, liquidez, crédito, operacional, socioambiental e Compliance podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no sítio de Relações com Investidores/Governança Corporativa: <http://ri.banpara.b.br>.

GOVERNANÇA CORPORATIVA





Assembleia Geral: órgão superior de deliberação, tendo poder de deliberar sobre todos os negócios de interesse da instituição.

Conselho de Administração: órgão que fixa a orientação geral dos negócios, estabelecendo políticas e diretrizes gerais da instituição, atuando com independência e de forma técnica. A Companhia atualmente dispõe de 4 Comitês de Assessoramento, que auxiliam diretamente o Conselho de Administração, denominados: Comitê de Auditoria Estatutário; Comitê de Elegibilidade Estatutário; Comitê de Remuneração Estatutário e Comitê de Riscos Estatutário. Cada Comitê possui seu Regimento Interno que estabelece regras e procedimentos relativos ao funcionamento.

Comitê de Auditoria Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, com o objetivo de supervisionar as atividades da auditoria independente, da auditoria interna e os processos de elaboração das demonstrações financeiras, de controles internos e de gestão de riscos e compliance.

Comitê de Elegibilidade Estatutário: órgão responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é analisar a indicação dos membros da Administração e do Conselho Fiscal de acordo com as orientações e disposições contidas na Política de Indicação e Sucessão do Banpará.

Comitê de Remuneração Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é fixar a remuneração dos administradores em consonância com as legislações vigentes e as melhores práticas de governança instituídas em âmbito nacional.

Comitê de Riscos Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é assessorá-lo no desempenho de suas atribuições pertinentes à gestão e controle dos riscos e do gerenciamento de capital.

Conselho Fiscal: órgão que atua na fiscalização e controle da administração, responsável por fiscalizar os atos dos administradores e revisar os balanços e demonstrações financeiras, reportando seus relatórios aos acionistas, consoante a legislação societária brasileira.

Diretoria Colegiada: responsável pela direção dos negócios e pela prática dos atos necessários à realização dos objetivos sociais, em conformidade com a legislação em vigor e Estatuto Social do Banpará.

Ouvidoria: exerce relevante papel como um canal de comunicação direta, atuando, inclusive, na mediação de conflitos na busca de soluções para melhoria de seus processos no oferecimento de produtos e serviços, objetivando alcançar a excelência do atendimento.

Auditoria Interna: atua, com independência e de forma técnica, para apoiar a Administração em relação à integridade das demonstrações financeiras, revisão das informações trimestrais e auditoria dos controles internos.

No ano de 2022, foram realizadas 20 reuniões do Conselho de Administração, por meio de videoconferência e 1 presencial, e 66 reuniões da Diretoria Colegiada de forma presencial.

**Conselho de
Administração**

Composto por 6 membros, sendo 2 membros independentes e representantes do controlador, 4 membros dependentes, sendo dois indicados pelo acionista controlador, 1 representante dos minoritários e 1 eleito como representante dos funcionários.



Conselho Fiscal	Composto por 3 membros, sendo 1 representante dos minoritários e 2 representantes do controlador.
Comitê de Riscos Estatutário	Composto por 2 membros independentes.
Comitê de Auditoria Estatutário	Composto por 2 membros independentes.
Comitê de Elegibilidade Estatutário	Composto por 2 membros dependentes.
Diretoria Colegiada	Composto por 5 diretorias e 1 Diretor-Presidente.

CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

A área de Controles Internos e *Compliance* busca assegurar que as atividades da Instituição sejam conduzidas em um ambiente de controle adequado à legislação vigente, diretrizes internas e alinhadas às boas práticas de governança corporativa.

Com foco no adequado gerenciamento dos riscos corporativos do Banpará, a gestão dos controles internos e conformidade está estruturada segundo os principais componentes do COSO (*Comitee of Sponsoring Organizations*). Dessa forma, os riscos capazes de afetar a realização dos objetivos estratégicos e de negócios do Banco são identificados, avaliados e respondidos no contexto do apetite a riscos estabelecidos pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, com o estabelecimento de atividades de controle para ajudar a assegurar, de forma adequada e oportuna, as respostas aos riscos avaliados.

O Programa de *Compliance* e o Código de Ética e de Conduta são ferramentas essenciais instituídas para o cumprimento da missão na qual nossa instituição se propõe, reforçando o comprometimento com a ética em todos os níveis de negócio e protegendo a reputação do Banco.

Para a eficiência do sistema de controle interno e Compliance são realizados monitoramentos a partir da realização de contínuas avaliações independentes, visando resguardar a imagem, recursos e diminuir a ocorrência de perdas. As fragilidades identificadas geram contramedidas, os planos de ação, os quais são monitorados e os status reportados à Diretoria Colegiada, Comitê de Riscos Estatutário, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração, mensalmente e trimestralmente, respectivamente.

Quanto a Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, com o objetivo de minimizar os riscos de utilização dos produtos e serviços na prática de atividades ilícitas, a instituição adota procedimentos internos de controle, fundamentados na Política Institucional de PLD/FT e na metodologia de avaliação de risco de PLD/FT, com ferramentas de monitoramento, aplicação das políticas de identificação de clientes (conheça seu cliente, conheça seu funcionário e conheça seu fornecedor e prestador de serviços terceirizados) e avaliação de risco sob a ótica de PLD sobre os novos produtos, serviços e transações. Anualmente é avaliado a efetividade da política, dos procedimentos e controle internos de PLD/FT.



OUVIDORIA

A Ouvidoria do Banpará efetua atendimento aos clientes e usuários, em caráter recursal, ratificando ou esclarecendo situações já demandadas no atendimento preliminar, para as quais cumpre prazo de até 10 dias úteis estabelecido pela Resolução CMN nº 4.860/2020 ou de 20 dias corridos para o atendimento de assuntos relacionados a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011. Atua ativamente na prevenção e mediação de conflitos, de forma imparcial e célere, com respostas claras, objetivas e conclusivas, garantindo conquistas que refletem o comprometimento do Banpará com o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e o bom relacionamento com a sociedade.

Aplica avaliação direta da qualidade do atendimento prestado aos clientes e usuários, disponibilizando a linha 0800 280 9040 (DDG) ou por meio de ligação automática para o manifestante, após o envio da resposta pela Ouvidoria. A pesquisa de satisfação tem como objetivo principal aferir o grau de satisfação dos clientes e usuários com os serviços prestados pela Ouvidoria e as notas podem variar de 1 a 5, para a solução apresentada e pela qualidade no atendimento da Ouvidoria. Os registros de avaliação são encaminhados ao Banco Central do Brasil, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.860/2020 e Instrução Normativa BCB nº 265/2022.

No ano de 2022, foram analisadas 962 demandas, sendo 275 procedentes e 687 improcedentes. As demandas julgadas procedentes solucionadas são analisadas e submetidas à Alta Administração do Banco através de proposições nos Relatórios mensais e semestrais, objetivando melhorias dos processos operacionais dos produtos e serviços do Banpará.

No ano de 2022,
63,44% das
 demandas foram
 atendidas
 em até **5** dias úteis



A atuação da Ouvidoria se dá em consonância com a Resolução CMN 4.860/2020; Resolução BCB Nº 222/2022 e Instrução Normativa BCB nº 265/2022; Resolução CVM nº 43/2021; Decreto Estadual nº 1.359/2015, que regula a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011; e atende ao Ofício Circular nº 06/2016 da Ouvidoria Geral do Estado do Pará. Paralelamente aos normativos citados, a Ouvidoria é signatária da Autorregulação Bancária da Febraban que, pelo SARB 022/2019, exige das ouvidorias que ao menos 50% de suas reclamações sejam respondidas no prazo de 5 dias úteis. No ano de 2022 tivemos 598 demandas atendidas em até 5 dias úteis, alcançando o percentual de cumprimento desse prazo em 63,44%, do total das 962 demandas registradas.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

A estratégia para fomentar o desenvolvimento econômico e social sustentável no Pará foca na gestão de uma agenda robusta de governança social, ambiental e climática, a fim de mitigar os riscos inerentes aos nossos negócios, alinhados às melhores práticas de mercado e proporcionando a geração de emprego e renda na região.



Nesse sentido, a bioeconomia foi incluída como prioridade nas ações estratégicas do Banpará, a partir da expansão da atuação do Banco na economia de baixo carbono pelas frentes relacionadas aos produtos:

- ♦ **BanparáBio** que é destinado ao financiamento de atividades agropecuárias sustentáveis e de recuperação de passivos ambientais, principalmente, em regiões pressionadas pelo desmatamento;
- ♦ **Energia Solar** que é destinado ao financiamento de sistemas fotovoltaicos para pessoas físicas e, em breve, pessoas jurídicas.

No **BanparáBio**, ao longo do ano, investimos para melhoria dos nossos processos e da nossa estrutura afim de viabilizar o atendimento das demandas de acordo com a necessidades dos pequenos produtores rurais e flexibilizando as exigências para concessão de crédito conforme a capacidade deste público.

Como resultado dessas ações, desde o lançamento da linha em outubro de 2021 até o fechamento de 2022, cerca de R\$17 milhões de crédito foram aprovados para fins de investimento em atividades produtivas sustentáveis no estado do Pará, onde quase 60,00% desse montante foi direcionado à implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs).

Ao todo, foram 100 pequenos produtores rurais atendidos no período, 67,00% dos quais enquadram-se como agricultores familiares. Foram financiadas propriedades rurais em 21 municípios paraenses, entre os 144, somando uma área total de cerca de 4,5 mil hectares.

No caso da energia solar, os testes do produto começaram em outubro de 2022 e o foco esteve em analisar a sua aderência ao mercado para sua posterior expansão no ano de 2023. Assim, até dezembro de 2022, foram realizadas pouco mais de 20 operações de financiamento para instalação de placas fotovoltaicas em imóveis residenciais, que totalizou cerca de R\$700 mil em crédito contratado.

Outra frente de atuação do Banco, no desenvolvimento social, são as linhas de microcrédito que propulsionam a bancarização da população, principalmente em áreas de risco e vulnerabilidade social, mitigando índices de desigualdade social e a forma informal de trabalho. Dessa forma, as pessoas que utilizam os serviços bancários vivem nos aspectos ligados a própria cidadania, absorvendo mais diretos, acesso a locais que antes achavam que não os pertenciam, tendo uma forte importância para a economia paraense, os contemplando a uma série de novas oportunidades.

Em 2022, na carteira de microcrédito, a área de atuação do produto Empodera foi expandida, sendo lançadas 6 novas linhas/sublinhas para atender os públicos de taxistas, motoristas de transporte alternativo, batedores de açaí, microempreendedores individuais – MEIs, turismo e, também, para os participantes do programa estadual de capacitação intitulado Qualifica Pará que tem por objetivo estimular a geração de novos microempreendimentos.

Como resultado desse trabalho, foi efetivada a contratação de mais de R\$100 milhões em quase 10 mil operações de microcrédito atendendo todos os municípios do Estado com agência do Banpará.

O Banpará tem como missão criar valor para o Estado do Pará como Banco autossustentável,



promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável. Nesse sentido, destaca-se abaixo as principais linhas de crédito voltadas para esse segmento, e seus resultados contratados no ano 2022:



AGENDA ESG E RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

As estratégias socioambientais do Banpará para o desenvolvimento econômico e social sustentável foram desafiadoras, considerando o propósito de ampliar nossa gestão para uma agenda mais robusta de governança social, ambiental e climática, a fim de mitigar o risco socioambiental relacionado aos nossos negócios, alinhados às melhores práticas de mercado.

As diretrizes socioambientais do Banco foram aprimoradas em virtude dos riscos e oportunidades oriundos das questões climáticas, motivadas pelas Resoluções CMN nº 4.943/2021 e 4.945/2021, consolidadas na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – PRSAC, considerando a avaliação da relevância e proporcionalidade, bem como as normas do SARB nº 14 da Febraban, que corroboram para a implementação de procedimentos de classificação, avaliação e monitoramento de riscos socioambientais e de uma agenda positiva, voltada para a governança de questões ambientais e sociais (ESG).

Após o processo, que envolveu consulta aos stakeholders e definição de novo Plano de Implementação da política, que é uma das ferramentas para materialização das diretrizes socioambientais e climáticas, trazendo para a estratégia novos temas da agenda ESG, a política foi aprovada pelo Conselho de Administração do Banco.



Após estudos, o Banco reestruturou a governança de riscos e responsabilidade socioambiental, visando promover maior alinhamento e eficiência no atendimento da PRSAC, direcionando ações para atendimento da Agenda ESG e mitigação dos riscos sociais, ambientais e climáticos para uma só Diretoria.

Essa mudança motivou a participação da governança de risco e responsabilidade social, ambiental e climática em comitês estratégicos, para que esses temas sejam discutidos a nível estratégico.

Nesse mote, o Banco está em processo de desenvolvimento do modelo de gerenciamento de risco social, ambiental e climático (SAC), incluindo questões que impactam imagem e reputação, voltado para suas atividades e processos, assim como para o relacionamento com terceiros. Principais ações:

- Identificação dos riscos SAC e de imagem e reputação;
- Avaliação de projetos estratégicos sob a ótica dos riscos SAC e de imagem e reputação.
- Mapeamento dos processos e priorização dos críticos;
- Construção da modelagem inicial para identificação e avaliação dos riscos envolvidos;
- Identificação e segregação dos eventos para o registro de dados referente às perdas efetivas decorrentes de eventos SAC.
- Ações periódicas de acultramento interno da responsabilidade socioambiental:
- Promoção de cursos sobre agenda ambiental, social e governança - ESG para Bancos, direcionados ao público interno geral e especificamente às áreas gestoras;
- Continuidade na prática de distribuição de canecas de porcelana, visando evitar o consumo de descartáveis dentro do Banco, e na realização da coleta seletiva, ajudando a promover educação ambiental entre funcionários e colaboradores, e a sustentabilidade das cooperativas de catadores do Estado do Pará;
- Aprovação do Plano de Gestão de Resíduos, voltado para sistematização e otimização desse processo. Em 2022, foram destinados à coleta seletiva aproximadamente 4 tolenadas de materiais recicláveis;
- Divulgações via *e-mail* aos funcionários acerca do tema, em especial no período, para disseminação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

O apoio financeiro a projetos sociais realizados por instituições sem fins lucrativos alcançou o investimento de aproximadamente R\$ 616 mil. Foram mantidos os projetos da Casa do Menino Jesus, que acolhe crianças e adolescentes em tratamento de câncer e outras patologias crônicas; e Espaço Nova Vida, que trata dependentes químicos.

Foi mantida a participação no McDia Feliz 2022, campanha nacional voltada para o apoio ao tratamento do câncer infanto-juvenil, cuja contribuição do Banpará, por meio do apoio de funcionários, parceiros e clientes é renovada desde 2015.

O Banco permanece mantendo em seu quadro de prestadores de serviços 90 portadores de



deficiência, por meio do Convênio com a Associação Paraense de Pessoas com Deficiência – APPD, relevante ação que favorece a prática da Inclusão Social na Instituição.

O Banpará, com a visão de consolidar-se como Banco indutor do desenvolvimento sustentável, investiu no financiamento voltado para energia renovável aos clientes pessoas físicas, no intuito de gerar os melhores resultados econômicos e sociais, fortalecer a estratégia do Estado para reduzir emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e contribuir com os ODS.



AGRADECIMENTOS

As realizações alcançadas no ano de 2022 são frutos da dedicação e esforço dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

Diretora-Presidente

Ruth Pimentel Mélo

Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores

Igor Barbosa Gonçalves

Diretores

Adriano de Aguiar Ribeiro

Graciele Silva de Sousa Galvão

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho

Vando Vagner Soares Ferreira

Chefe do Núcleo de Relações com Investidores

Paula Alcantara Bastos Martins

Notas Explicativas

Notas Explicativas



Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (patrimônio líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pelos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e nas normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento são:

CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Resolução CMN nº 4.924/2021;
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 4.924/2021;

CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16;

CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 4.818/2020;

Notas Explicativas

CPC 04 (R1) – Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;

CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/2020;

CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011;

CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.924/2021;

CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 4.818/2020;

CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009;

CPC 27 – Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;

CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.877/2020;

CPC 41 – Resultado por ação – Resolução BCB nº 2/2020; e

CPC 46 – Mensuração do Valor do Justo – Resolução CMN nº 4.924/2021.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria do Banco em 22 de setembro de 2023.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; créditos tributários sobre diferenças temporárias, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Notas Explicativas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 5 – Títulos e valores mobiliários;

Nota Explicativa nº 7.2 – Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota Explicativa nº 16 – Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

Nota Explicativa nº 19 – Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e

Nota Explicativa nº 22 (a) – Ativos fiscais diferidos - Créditos tributários ativados.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas decorrentes das operações ativas e passivas deve ser realizada *pro-rata temporis*, considerando o número de dias corridos.

Notas Explicativas

b. Caixa e Equivalente a Caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na BCB nº 2 de 2020), caixa e equivalente de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data de aplicação e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

Títulos para Negociação: adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Conforme determina o § único do art. 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial e no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Notas Explicativas

Títulos mantidos até o Vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados são apropriados ao resultado. O Banco, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

e. Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante os exercícios de 2021 e 2022, o Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possuía qualquer saldo registrado de operações dessa natureza.

f. Relações Interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão inclusos caixas e equivalentes de caixa.

Créditos com o Fundo de Compensação de Valores Salariais (FCVS) são vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos de Compensações de Variações Salariais (CVS) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O FCVS, criado por intermédio da Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os Bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos e os reajustes salariais.

Notas Explicativas

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de Crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração do Banco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) e a avaliação da Administração do Banco quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 60º dia em rendas a apropriar, as mesmas serão apropriadas ao resultado somente quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Notas Explicativas

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas do CMN/BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração do Banco na determinação dos riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do Banco e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7.2).

i. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard e Bcard (bandeira própria). Esses valores são contabilizados em valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota Explicativa nº 8c).

j. Outros Valores e Bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou do financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

k. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

l. Imobilizado de uso

Corresponde aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

Notas Explicativas

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; sistemas de transporte 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota Explicativa nº 09.

m. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534, de 24 de novembro de 2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 09.

n. Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que

Notas Explicativas

o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

o. Depósitos e captações no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota Explicativa nº 10.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09 e na Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis são provisionados e divulgados nas notas explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.
- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas,

Notas Explicativas

representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de cinco anos do direito à execução.

- Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas demonstrações contábeis porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota Explicativa nº 16.

q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro (a)	20% e 21%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

(a) Houve alteração na alíquota da CSLL, que elevou de 20% para 21% entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022, em cumprimento à Lei nº 14.446/2022.

Notas Explicativas

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.877/2020. Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

s. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

t. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09, apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

u. Resultado não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de dois anos que antecedem e que sucedem a data base.

Notas Explicativas

v. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao exercício a que se referem as demonstrações financeiras, é aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do exercício e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras;
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa tem a seguinte composição:

Contas	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	190.648	196.602
Disponibilidades em moeda nacional	166.262	186.113
Disponibilidades em moeda estrangeira	24.386	10.489
Equivalente de Caixa	1.150.163	791.999
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.150.163	791.999
Total	1.340.811	988.601

O montante de R\$ 1.340.811 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 988.601 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa. O aumento nas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez é reflexo do aumento de liquidez do Banpará.

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	31.12.2022	31.12.2021
Aplicações - Mercado Aberto	1.150.163	791.999
Posição bancada	1.150.163	791.999
Letras financeiras do tesouro	760.107	311.998
Letras do tesouro nacional	100.017	430.001
Notas do tesouro nacional	290.039	50.000
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	575.602	788.594
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	575.602	586.960
Não ligadas	-	201.634
Total	1.725.765	1.580.593

Notas Explicativas

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	2º Sem 2022	31.12.2022	31.12.2021
Posição bancada	112.266	249.465	93.646
Depósitos interfinanceiros	47.631	79.443	19.942
Total	159.897	328.908	113.588

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários, tendo seu aumento justificado pelo crescimento do saldo em aplicações interfinanceiras de liquidez devido à alta liquidez do Banco.

5. Títulos e Valores Mobiliários

5.1. Classificação por tipo de papel

Títulos	31.12.2022	31.12.2021
Livres	1.108.355	990.230
Letras Financeiras do Tesouro	839.231	918.825
Letras Financeiras	211.402	-
CVS (a)	56.198	68.832
Cotas de fundos de investimento em participações (b)	1.456	2.573
Bladex	68	-
Vinculados a operações compromissadas	379.570	102.489
Letras Financeiras do Tesouro	379.570	102.489
Vinculados ao Banco Central	53.743	31.325
Letras Financeiras do Tesouro	53.743	31.325
Vinculados à prestação de garantia	10.093	8.963
Letras Financeiras do Tesouro	10.093	8.963
Total	1.551.761	1.133.007
Circulante	1.494.039	1.061.602
Não circulante	57.722	71.405

(a) O Banpará mantém em sua carteira Títulos Federais como Certificados de Variação Salarial (CVS), os quais são classificados como ativos mantidos até o vencimento. Por se tratarem de títulos públicos federais, desfrutam de uma classificação pelo Banpará como ativos isentos de risco de crédito e garantia de liquidez no vencimento. Nesse contexto, consideramos o ajuste a valor de mercado como meramente informativo, o qual não é registrado contabilmente. No que concerne aos procedimentos de ajuste de marcação a mercado, a Marcação a Mercado (MaM) dos CVS é calculada mensalmente, levando em consideração o valor nominal ajustado (VNA) divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Esse cálculo

Notas Explicativas

engloba a correção monetária, juros e amortização do principal. O processo de MaM, aplicado aos CVS categorizados como A, B, C e D, envolve a determinação do VNa (valor nominal atualizado) do título. Com base no VNa, projeta-se o fluxo de caixa futuro, considerando as taxas de amortização e juros no período que vai desde a emissão até o vencimento do título. Em seguida, é realizada a atualização desse fluxo de caixa a valor presente, utilizando a curva de juros como fator de desconto ($DI \times TR$).

(b) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de doze anos, podendo ser prorrogado por mais três anos.

5.2 Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Sem Vencimento	Meses		Anos			31.12.2022	31.12.2021
		Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	TOTAL	TOTAL
Títulos para negociação	-	1.161	50.464	690.516	601.877	150.021	1.494.039	1.061.602
Títulos públicos	-	1.161	50.464	690.516	601.877	150.021	1.494.039	1.061.602
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.161	50.464	479.114	601.877	150.021	1.282.637	1.061.602
Letras financeiras	-	-	-	211.402	-	-	211.402	-
Títulos mantidos até o vencimento (a)	-	-	-	1.456	56.198	-	57.654	71.405
Títulos públicos	-	-	-	-	56.198	-	56.198	68.832
CVS	-	-	-	-	56.198	-	56.198	68.832
Títulos privados	-	-	-	1.456	-	-	1.456	2.573
Cotas de fundos de invest. em participações	-	-	-	1.456	-	-	1.456	2.573
Outros títulos de renda variável aplic. no exterior	68	-	-	-	-	-	68	-
Bladex	68	-	-	-	-	-	68	-
Total em 31.12.2022	68	1.161	50.464	691.972	658.075	150.021	1.551.761	-
Total em 31.12.2021	68	135.855	-	303.557	370.392	323.203	-	1.133.007

(a) Não houve reclassificação entre categorias nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro 2021. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

Notas Explicativas

5.3 Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	31.12.2022		31.12.2021		31.12.2022	31.12.2021
	Custo amortizado	Mercado	Custo amortizado	Mercado	Ajuste	Ajuste
Para negociação	1.494.305	1.494.039	1.064.260	1.061.602	(266)	(2.658)
Letras financeiras do tesouro	1.282.903	1.282.637	1.064.260	1.061.602	(266)	(2.658)
Letras financeiras	211.402	211.402	-	-	-	-
Mantidos até o vencimento (a)	57.654	49.420	71.405	71.405	-	-
CVS	56.198	47.964	68.832	68.832	(8.234)	-
Cotas de fundos de invest. em participações	1.456	1.456	2.573	2.573	-	-
Sem Vencimento	68	68	-	-	-	-
Bladex	68	68	-	-	-	-

(a) Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

5.4 Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado.	Saldo		
	31.12.2022	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do Tesouro	1.282.903	1.282.903	-
Letras financeiras	211.402	-	211.402
Mantidos até o vencimento			
CVS	47.964	-	47.964
Cotas de fundos de invest. em participações.	1.456	-	1.456
Sem vencimento			
Bladex	68	-	68
Total	1.543.793	1.282.903	260.890

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado	Saldo		
	31.12.2021	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do Tesouro	1.061.602	1.061.602	-
Mantidos até o vencimento			
CVS*	68.832	-	68.832
Cotas de fundos de invest. em participações	2.573	-	2.573
Total	1.133.007	1.061.602	71.405

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um

Notas Explicativas

mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, cujo os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Rendas com títulos e valores mobiliários

Contas	2º Sem 2022	31.12.2022	31.12.2021
Resultado de títulos de renda fixa	94.150	156.415	48.223
Resultado de títulos de renda variável	(1.051)	(1.051)	759
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	(195)	2.391	2.211
Reversão da provisão para desvalorização de títulos livres	11.754	11.754	-
Total	104.658	169.509	51.193

6. Relações Interfinanceiras

Contas	31.12.2022	31.12.2021
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	83.076	10.937
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	244.229	314.790
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	315.076	279.260
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	73.393	68.266
Depósitos compulsórios – Crédito rural Res. Bacen nº 3.310/2005	-	6.219
Total	715.774	679.472
Circulante	642.381	611.206
Não circulante	73.393	68.266

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 73.393 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 68.266 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% a.a., quando utilizado recursos do FGTS e 6,17% a.a., quando utilizados recursos

Notas Explicativas

próprios, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

7. Operações de Crédito

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de operação

	31.12.2022	31.12.2021
Operações de crédito	10.396.744	8.284.175
Empréstimos e Títulos Descontados	9.834.658	8.035.483
Financiamentos	24.382	13.542
Financiamentos rurais e agroindustriais	94.394	6.023
Financiamentos imobiliários	443.310	229.127
Outras rubricas	180.126	139.837
Valores a receber relativos a transações de pagamento	98.492	78.087
Operações de câmbio	81.634	61.750
Total da carteira de crédito	10.576.870	8.424.012
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(234.653)	(200.405)
Provisões constituídas	(230.704)	(196.476)
Outros créditos (Nota 8)	(3.949)	(3.929)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	10.342.217	8.223.607
Circulante	2.724.634	2.297.718
Não circulante	7.617.583	5.925.889

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	31.12.2022	31.12.2021
Pessoa física	10.308.481	8.201.596
Consignados	8.110.390	6.386.572
Banparacard	1.262.723	1.336.122
Cheque especial	7.690	4.317
Cartão de crédito	165.987	103.594
Sazonais	1.668	1.150
Imobiliário	413.032	204.169
Outros	346.991	165.672
Pessoa jurídica	268.389	222.416
Cheque empresarial	4.834	3.254
Capital de giro	216.593	119.117
Imobiliário	30.278	24.954
Outros	16.684	75.091
Total	10.576.870	8.424.012

Notas Explicativas

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2022	31.12.2021
Parcelas vincendas	6.415.851	3.521.875	226.389	46.432	90.767	17.278	18.648	27.528	99.273	10.464.041	8.356.193
Até 30 dias	172.940	114.446	17.523	6.182	2.964	1.269	1.356	1.178	5.089	322.947	265.680
31 a 60 dias	165.539	104.410	17.846	3.871	2.503	1.056	1.070	1.120	4.537	301.952	249.993
61 a 90 dias	148.374	91.081	10.556	3.795	2.127	804	843	932	3.723	262.235	234.598
91 a 180 dias	316.512	198.482	51.529	6.353	5.713	1.939	1.966	2.177	8.972	593.643	503.576
181 a 360 dias	727.015	418.224	77.311	8.096	9.644	2.894	3.197	3.739	15.317	1.265.437	1.078.537
Acima de 360 dias	4.885.471	2.595.232	51.624	18.135	67.816	9.316	10.216	18.382	61.635	7.717.827	6.023.809
Parcelas vencidas	-	6.910	4.009	9.429	5.710	12.881	9.607	8.754	55.529	112.829	67.820
Até 14 dias	-	6.896	963	1.329	627	468	473	740	2.545	14.041	11.480
15 a 30 dias	-	14	3.046	2.966	521	405	1.054	547	1.036	9.589	4.245
31 a 60 dias	-	-	-	5.134	726	3.706	1.233	938	2.947	14.684	8.054
61 a 90 dias	-	-	-	-	3.836	3.662	1.169	912	4.736	14.315	6.956
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	4.640	5.678	5.617	10.040	25.975	17.677
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	34.221	34.221	19.409
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	-
Total em 31.12.2022	6.415.851	3.528.785	230.398	55.861	96.477	30.159	28.255	36.282	154.802	10.576.870	-
Total em 31.12.2021	4.406.921	3.509.427	131.536	84.734	86.241	19.052	21.392	35.817	128.892	-	8.424.012

d. Por Setores de Atividade

Setores	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor	%	Valor	%
Varejo - Pessoas Físicas	9.797.546	92,63	7.990.146	94,85
Varejo - Pessoas Jurídicas	136.257	1,29	123.422	1,47
Rural - Pessoa Física e Jurídica	94.394	0,89	6.022	0,07
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	23.729	0,22	13.547	0,16
Cambio - Pessoa Física e Jurídica	81.634	0,78	61.751	0,73
Imobiliário - Pessoa Física e Jurídica	443.310	4,19	229.124	2,72
Total	10.576.870	100,00	8.424.012	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	56.563	0,53	38.685	0,46
10 seguintes maiores devedores	134.351	1,27	84.824	1,01
20 seguintes maiores devedores	61.597	0,58	47.197	0,56
50 seguintes maiores devedores	72.869	0,69	53.628	0,64
100 seguintes maiores devedores	99.774	0,94	79.041	0,94
Demais devedores	10.151.716	95,98	8.120.637	96,40
Total	10.576.870	100,00	8.424.012	100,00

Notas Explicativas

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	31.12.2022	31.12.2021
Saldo no início do período	(196.476)	(172.410)
Provisões constituídas	(1.290.615)	(881.487)
Reversões de provisões	1.099.842	745.371
Valores baixados ou compensados com créditos	156.545	112.050
Saldo final do período	(230.704)	(196.476)
Outros créditos - Saldo no início do período	(3.929)	(2.386)
Provisões constituídas	(44.736)	(23.184)
Reversões de provisões	44.716	21.641
Outros créditos - Saldo no final do período	(3.949)	(3.929)
Saldo final do período	(234.653)	(200.405)
Circulante	(134.415)	(102.485)
Não circulante	(100.238)	(97.920)

7.3. Movimentação da carteira de renegociação

Contas	31.12.2022	31.12.2021
Saldo no início do período	122.182	99.569
Renegociação	87.275	81.052
Recebimentos	(50.220)	(50.212)
Baixas	(9.239)	(8.227)
Saldo final do período	149.998	122.182
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	54.183	45.640
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	36,12%	37,35%

7.4. Rendas de operações de crédito

Contas	2º Sem 2022	31.12.2022	31.12.2021
Adiantamento a depositante	317	424	217
Empréstimo	1.073.491	1.986.399	1.602.386
Financiamento com interveniência	1.251	3.053	1.602
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	19.190	38.147	44.728
Financiamentos rurais	3.866	4.282	341
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	16.910	28.716	10.193
Total	1.115.025	2.061.021	1.659.467

Notas Explicativas

8. Outros Créditos

Contas	31.12.2022	31.12.2021
Carteira de câmbio	80.835	63.668
Créditos a receber	5.384	690
Serviços prestados a receber	5.384	645
Serviços prestados em arranjo de pagamento	-	45
Créditos diversos	460.560	433.001
Adiantamento e antecipações salariais	6.434	5.138
Adiantamento para pagamento	83.023	142.346
Devedores por depósitos em garantia (a)	101.275	93.193
Imposto e contribuições a compensar	93.383	85.363
Pagamentos a ressarcir	1.324	1.532
Título e crédito a receber sem característica de concessão	4.353	4.526
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	98.492	78.087
Devedores diversos – País (c)	72.276	22.816
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(10.200)	(6.853)
Com característica de concessão de crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(3.949)	(3.929)
Sem característica de concessão de crédito (d)	(6.251)	(2.924)
Circulante	536.579	490.506

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados, em sua maioria, aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 98.492 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 78.087 em 31 de dezembro de 2021) e estão assim distribuídos:

Contas	31.12.2022	31.12.2021
BANPARÁ Mastercard	98.380	76.748
Valores a faturar	16.854	15.698
Faturados a receber	29.156	18.301
Parcelado lojista a agendar bandeira	52.370	42.749
Cartão BANPARÁ	112	1.339
Parcelado sem juros	112	1.339
Total	98.492	78.087

(c) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 72.276 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 22.816 em 31 de dezembro de 2021), representado principalmente pelos valores transitórios correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

Notas Explicativas

(d) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 6.251 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.924 em 31 de dezembro de 2021), conforme demonstrativo abaixo:

Contas	31.12.2022	31.12.2021
Saldo no início do período	(2.924)	(3.822)
Provisões constituídas	(10.216)	(5.032)
Reversões de provisões	6.889	5.930
Saldo final do período	(6.251)	(2.924)

9. Imobilizado de uso e Intangível

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O intangível é composto basicamente por *softwares*, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e equip. de uso	Sistema de comunicação	Sist. proc. dados e equipam.	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	1.514	57.269	23.576	10.770	106.577	13.722	171	213.599
Depreciação acumulada	-	(36.949)	(14.187)	(5.615)	(88.911)	(7.008)	(171)	(152.841)
Líquido 31.12.2021	1.514	20.320	9.389	5.155	17.666	6.714	-	60.758
Aquisições	755	192	357	20	10.038	773	-	12.135
Baixas custo	-	-	-	-	(10)	-	-	(10)
Baixas depreciação	-	-	-	-	10	-	-	10
Depreciação	-	(586)	(1.844)	(990)	(7.740)	(1.010)	-	(12.170)
Transferências	(755)	755	-	-	-	-	-	-
Movimentação líquida	-	361	(1.487)	(970)	2.298	(237)	-	(35)
Custo	1.514	58.216	23.933	10.790	116.605	14.495	171	225.724
Depreciação acumulada	-	(37.535)	(16.031)	(6.605)	(96.641)	(8.018)	(171)	(165.001)
Líquido 31.12.2022	1.514	20.681	7.902	4.185	19.964	6.477	-	60.723

Notas Explicativas

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros ativos intangíveis	Total
Custo	165.795	7.196	3.000	17.373	193.364
Amortização acumulada	(70.217)	-	(1.750)	-	(71.967)
Líquido 31.12.2021	95.578	7.196	1.250	17.373	121.397
Aquisições	29.263	16.642	-	-	45.905
Baixas custo	(7.823)	-	-	(1.549)	(9.372)
Baixas amortização	7.823	-	-	-	7.823
Amortização	(33.970)	-	(1.250)	-	(35.220)
Transferências	778	(778)	-	-	-
Movimentação líquida	(3.929)	15.864	(1.250)	(1.549)	9.136
Custo	188.013	23.060	3.000	15.824	229.897
Amortização acumulada	(96.364)	-	(3.000)	-	(99.364)
Líquido 31.12.2022	91.649	23.060	-	15.824	130.533

10. Depósitos e captações no mercado aberto

a. Composição por tipo de depósito

Contas	31.12.2022	31.12.2021
Circulante	9.954.982	7.743.607
Depósitos à vista	1.694.744	1.608.265
Depósitos do público	340.066	336.794
Depósitos de instituições financeiras	402	402
Depósitos vinculados	10.904	3.076
Depósitos de governo	1.343.372	1.267.993
Depósitos a prazo	6.659.082	4.680.025
Depósitos de poupança	1.601.156	1.455.317
Não circulante	2.493.935	2.561.193
Depósitos a prazo	2.493.935	2.561.193
Total	12.448.917	10.304.800

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do art. 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

Notas Explicativas

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Poupança	31.12.2022	31.12.2021
Sem vencimento	1.694.744	-	1.601.156	3.295.900	3.064.653
Até 30 dias	-	427.955	-	427.955	150.404
De 31 a 60 dias	-	309.850	-	309.850	156.830
De 61 a 90 dias	-	179.457	-	179.457	78.300
De 91 a 180 dias	-	759.608	-	759.608	622.474
De 181 a 360 dias	-	4.982.212	-	4.982.212	3.670.946
Acima de 360 dias	-	2.493.935	-	2.493.935	2.561.193
Total	1.694.744	9.153.017	1.601.156	12.448.917	10.304.800

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Poupança	31.12.2022	31.12.2021
Sociedades ligadas	1.271.893	5.253.147	-	6.525.040	4.872.022
Pessoas físicas	220.988	1.319.994	1.541.405	3.082.387	2.828.401
Invest. institucionais	-	2.011	-	2.011	2.226
Instituição financeira	402	-	-	402	402
Pessoas jurídicas	122.075	1.493.378	59.751	1.675.204	1.783.911
Governo municipal	72.047	1.084.487	-	1.156.534	815.682
Outros	7.339	-	-	7.339	2.156
Total	1.694.744	9.153.017	1.601.156	12.448.917	10.304.800

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras financeiras do tesouro	31.12.2022	31.12.2021
Recompras a liquidar - Carteira própria	378.619	102.312
Total	378.619	102.312

e. Despesas de captação

	2º Sem 2022	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos de poupança	(58.923)	(106.227)	(40.579)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(3.052)
Depósitos a prazo	(544.783)	(997.249)	(302.561)
Depósitos judiciais	(2)	(17)	(60)
Operações compromissadas – Carteira própria e terceiros	(7.974)	(12.669)	(4.192)
Letras financeiras	(11.207)	(15.492)	(1.882)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(7.778)	(15.304)	(12.275)
Total	(630.667)	(1.146.958)	(364.601)

A variação observada nas despesas de captação se refere ao aumento da taxa Selic no ano de 2022.

Notas Explicativas

11. Relações Interfinanceiras

	31.12.2022	31.12.2021
Transações de pagamento	94.042	72.154
Total	94.042	72.154

O montante de R\$ 94.042 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 72.154 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a transações de pagamento em operações nacionais e internacionais.

12. Emissão de Títulos

	31.12.2022	31.12.2021
Circulante	1.554	8.170
Recursos de letras financeiras	1.554	8.170
Não circulante	167.645	3.753
Recursos de letras financeiras	167.645	3.753
Total	169.199	11.923

O montante de R\$ 169.199 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 11.923 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a obrigações por letras financeiras emitidas pelo Banco.

Em decorrência da estratégia de negócios, o banco voltou a buscar captação de recursos financeiros junto a clientes.

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

	31.12.2022	31.12.2021
No exterior	78.857	63.230
No país	26.532	38.140
Total	105.389	101.370

O montante de R\$ 105.389 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 101.370 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a obrigações por empréstimo e repasses no país e no exterior.

No país refere-se a empréstimos provenientes do FUNGETUR e obrigações por repasses do BNDES que objetiva o fomento do setor turístico.

Notas Explicativas

No exterior são operações, principalmente, de Captação (*Funding*) em bancos de outros países. A expansão é reflexo do aumento de volume das operações no que se refere à câmbio futuro e captações externas.

14. Provisões

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo "Provisões":

Contas	31.12.2022	31.12.2021
Circulante	128.578	115.602
Provisão com pessoal	23.947	21.334
Provisão com PLR	20.222	19.325
Provisão para outras despesas administrativas	55.685	43.164
Passivo para risco – Trabalhista*	18.422	23.192
Passivo para risco – Cível*	1.914	1.328
Passivo para risco – Tributária*	5.640	5.016
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	126	104
Outros	2.622	2.139
Não circulante	34.338	30.600
Passivo para risco – Trabalhista*	16.835	10.788
Passivo para risco – Cível*	14.811	17.167
Passivo para risco - Tributário*	2.692	2.645
Total	162.916	146.202

* Vide nota 16

15. Outras Obrigações

Contas	31.12.2022	31.12.2021
Circulante	172.520	134.601
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5.253	6.897
Sociais e estatutárias	266	257
Fiscais e previdenciárias	34.293	26.641
Obrigações por convênios	9.986	10.120
Obrigações por prestação de serviços	68.105	57.691
Credores por recursos a liberar	33.229	20.485
Credores diversos – País (a)	20.086	9.725
Obrigações por transações de pagamento	113	1.652
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	780	676
Outras obrigações	409	457
Total	172.520	134.601

(a) O montante de credores diversos totaliza R\$ 20.086 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 9.725 em 31 de dezembro de 2021), registrado aumento principalmente pelos saldos de contas transitórias em decorrências das operações com cartão de crédito.

Notas Explicativas

16. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 35.257 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 33.980 em 31 de dezembro de 2021).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 8.224 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.901 em 31 de dezembro de 2021), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente à indenização material e/ou moral acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 16.725 (R\$ 18.495 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua natureza são considerados como de perda possível, no montante de R\$ 93.615 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 71.679 em 31 de dezembro de 2021) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 8.332 (R\$ 7.661 em 31 de dezembro de 2021).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 22.744 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 20.219 em 31 de dezembro de 2021), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Movimentação das provisões judiciais

	31.12.2022				31.12.2021			
	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias	Total	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias	Total
No início do período	33.980	18.495	7.661	60.137	37.763	15.340	7.363	60.466
Atualização monetária	4.542	3.247	928	8.717	5.126	3.786	298	9.211
Constituições	6.268	3.201	-	9.469	4.491	1.518	-	6.009
Reversões	(3.024)	(7.474)	(257)	(10.755)	(2.772)	(1.560)	-	(4.332)
Pagamentos	(6.509)	(744)	-	(7.253)	(10.628)	(589)	-	(11.216)
No final do período	35.257	16.725	8.332	60.314	33.980	18.495	7.661	60.136
Dep. Judiciais	20.181	16.723	64.152	101.056	19.736	16.288	57.001	93.025

Previsão de desembolso para passivos contingentes

Vencimento	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Até 1 ano	18.422	1.914	5.640	25.976
De 1 a 5 anos	16.835	14.785	2.692	34.312
Acima de 5 anos	-	26	-	26
Total	35.257	16.725	8.332	60.314

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alteração na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

Notas Explicativas

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,977	9.519.433	99,977
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,008	755	0,008
Administradores	17	0,000	193	0,002
Demais Acionistas	1.444	0,015	1.268	0,013
Total	9.521.649	100,00	9.521.649	100,00

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e classe de ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.450	2.199	9.521.649	0,023

(1) Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

17.2. Dividendos/juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e art. 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e da Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

Em 27 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos, referente ao exercício de 2021, no montante de R\$ 91.689, que após a dedução dos juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 75.708, pagos naquele exercício, resultou num saldo remanescente de R\$ 15.980.

Notas Explicativas

Para o pagamento de juros sobre o capital próprio o Conselho de Administração aprovou a proposta relativo ao 1º e 2º trimestre de 2022 no montante de R\$ 53.201, ambos tendo seu efetivo pagamento ocorrido em 18 de maio de 2022 e no dia 31 de outubro de 2022 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta de pagamento do 3º trimestre no montante de R\$ 29.541 pago em 23 de novembro de 2022.

18. Gestão de Risco

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos consiste em identificar, medir, avaliar, monitorar, controlar e relatar todos os riscos associados às operações do Banco, por meio da governança corporativa e de uma abordagem proativa de monitoramento contínuo dos riscos inerentes à estratégia de negócios.

Os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que o Banco atua são avaliados de forma contínua e integrada, por meio de cenários de estresse e do monitoramento dos apetites por riscos.

O principal objetivo é assegurar que os indicadores de riscos estejam dentro dos limites e das métricas quantitativas e qualitativas estabelecidas na RAS, que configuram um elemento fundamental para o cumprimento do planejamento estratégico e orçamentário, de acordo com o tamanho e a complexidade das operações.

No fechamento de 31 de dezembro de 2022 o Banco manteve o contínuo monitoramento dos limites estabelecidos na declaração de apetite por riscos, não sendo necessária a ativação de nenhuma ação mitigadora dos planos de contingências.

Risco de crédito:

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de

Notas Explicativas

instrumentos financeiros, e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O gerenciamento de riscos no Banpará é contínuo e integrado, o que possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação do risco de crédito na Instituição, e compreende as seguintes principais atividades:

- Gerencia o processo de elaboração, revisão e aprovação de políticas institucionais de risco de crédito, atendendo às diretrizes regulatórias.
- Elabora modelos de classificação de risco de crédito, baseada no conceito dos C's do crédito visando realizar a avaliação de risco de crédito, do cliente e da operação na concessão para subsidiar a deliberação das operações, conforme definições constantes no manual de alçada de crédito.
- Monitora e controla o desempenho das carteiras de crédito, tendo em vista os limites aprovados pela Alta Administração.
- Fornece reporte tempestivo das informações e análises sobre o risco de crédito à estrutura organizacional responsável por sua gestão na instituição, bem como as conclusões e providências adotadas.
- Observa a regulamentação contábil em vigor e implementa mecanismos para que os níveis de provisionamento sejam suficientes em face das perdas esperadas;
- Avalia previamente o risco de crédito de todas as novas modalidades de produtos e serviços, levando em consideração os riscos inerentes, o nível de exposição e a proposição de controles e monitoramento.
- Estabelece cenários de estresse para avaliação da resiliência da instituição a choques macroeconômicos adversos, para avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversas na instituição ou em um portfólio específico.
- Adota boas práticas de mercado relacionadas às ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, também realiza avaliação dos potenciais clientes considerando o risco socioambiental.

Notas Explicativas

O saldo total de crédito no mês dezembro de 2022 atingiu R\$ 10.576.870 e permanece concentrado em operações direcionadas para clientes Pessoa Física:

NÍVEL DE RISCO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Pessoa Física	99,85%	99,93%	99,80%	98,61%	97,36%	97,46%
Pessoa Jurídica	0,15%	0,07%	0,20%	1,39%	2,64%	2,54%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

O Banpará mantém 96,73% do crédito nas classes de risco AA - C. A razão pelo qual se sustenta essa classificação, está relacionada a concentração do crédito em operações com consignação em folha e concessões de crédito Pessoa Jurídica com garantia associada:

NÍVEL DE RISCO	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
AA	6.415.851	60,66	4.406.921	52,31
A	3.521.785	33,36	3.509.427	41,66
B	230.398	2,18	131.536	1,56
C	55.861	0,53	84.734	1,01
D - H	345.975	3,27	291.394	3,46

A inadimplência passou a representar **1,34%** do crédito total:

2018	2019	2020	2021	2022
1,86%	1,64%	1,61%	1,63%	1,34%

Risco de mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo esta Resolução, o risco de mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Para identificar e mensurar as posições que expõem o Banpará ao risco de mercado é calculado e monitorado diariamente o VaR (*Value at Risk*) paramétrico, por tipo de carteira (bancária e negociação), fazendo uso da metodologia EWMA (*Exponentially*

Notas Explicativas

Weighted Moving Average), para o horizonte de 1 du (dia útil), com 95% de confiança. Segue abaixo valor exposto ao risco de mercado na carteira de negociação por fator de risco:

Exposição por Fator de Risco - Carteira de Negociação		
Fator de Risco	31.12.2022	31.12.2021
	Valor Exposto	Valor Exposto
PRÉ	820.540	782.003
USD	19.921	5.970
Euro	2.886	4.190
Total	843.347	792.163

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade é realizada para a carteira de negociação e considera o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas) e moedas estrangeiras (exposições sujeitas à variação cambial – USD e EUR). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

- Cenário 1 - os choques para a taxa de juros prefixada foram determinados a partir da diferença de taxas nos vértices 1 du – 13,65% e 63 du (1T) – 13,69% da curva de juros futuros de DI1 negociadas na B3. Para as moedas estrangeiras (USD e EUR) foram consideradas as diferenças nas cotações PTAX (USD – R\$ 5,22 e EUR – R\$ 5,57) das moedas do dia 31 de dezembro de 2022 e o Dólar e Euro futuros (63 du) negociados na B3 (USD – R\$ 5,41 e EUR – R\$ 5,82).
- Cenário 2 - considerando o cenário 1, aplicou-se o percentual de 25%, ou seja, aumento para taxa pré de 63 du e redução para a cotação das moedas estrangeiras.
- Cenário 3 – considerando o cenário 1, aplicou-se o percentual de 50%, ou seja, aumento para taxa pré de 63 du e redução para a cotação das moedas estrangeiras.

Análise de sensibilidade - Carteira de Negociação

Cenários	Fatores de risco			Total da perda	
	Taxa de juros	Moedas USD	Moedas EURO		
	2022	2022	2022	2022	%PR
1	10	728	132	870	0,05
2	814	-3.706	-491	-3.383	0,21
3	1.556	-8.868	-1.246	-8.558	0,54

* Para a elaboração da metodologia dos cenários de 31.12.2022, utilizou-se os valores de Dólar e Euro futuro da B3, dessa forma não foi possível realizar comparações.

Notas Explicativas

A análise de sensibilidade da carteira de negociação demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência (PR), uma vez que a carteira de negociação é formada principalmente por operações compromissadas de curto prazo (1du) e pela carteira de câmbio, que representa apenas 7% do valor exposto ao risco da carteira total do Banco.

Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento das abordagens e da metodologia de alocação para o IRRBB é realizado mensalmente verificando sempre a margem sobre o PR. No acompanhamento verificou-se um aumento de alocação para o IRRBB de 38,98% em dezembro de 2022 (R\$ 246.012), quando comparado a dezembro de 2021 (R\$ 177.460), contudo o Banpará apresenta margem suficiente de PR para alavancagem das exposições.

Risco de liquidez:

O Banpará, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017, suas alterações e com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, utiliza processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente a capacidade de pagamento da instituição e a manutenção adequada do estoque de ativos de alta

Notas Explicativas

liquidez (HQLA), que possam ser prontamente convertidos em espécie quando necessário, assim, são elaborados cenários prospectivos, em situações normais e de estresse financeiro moderado e agressivo, como forma de verificar o aumento de exposição ao risco de liquidez.

Nesse contexto, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 dias úteis, as quais permitem avaliar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso, é monitorado o Índice de Gap médio (IG), que possibilita a observação do descasamento de entradas e saídas, para 30, 60 e 90 dias, diferenciando fluxos de ativos e passivos e considerando a expectativa de renovação das operações financeiras

As posições de liquidez que possam influenciar na composição da margem mínima projetada são reportadas aos órgãos de governança, via relatórios mensais e tempestivos, com o intuito de identificar situações que possam comprometer o limite mínimo de liquidez do Banco, levando em consideração tanto o planejamento estratégico quanto as condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, os estoques de ativos de alta liquidez permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, proporcionando tranquilidade para honrar saídas esperadas e inesperadas de recursos, tanto em cenário de normalidade como em cenário de estresse financeiro.

Risco socioambiental:

O risco social, ambiental e climático refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes da violação de direitos e garantias fundamentais ou atos lesivos ao interesse comum; da degradação do meio ambiente e uso excessivo dos recursos naturais; do processo de transição para uma economia de baixo carbono, bem como de intempéries frequentes e/ou severas.

No Banpará, a gestão do risco social, ambiental e climático está inserida na estrutura organizacional da Diretoria de Controle, Risco e RI (DICRI), sendo compartilhada

Notas Explicativas

entre a Gerência da PRSAC e ESG (GEASG), a qual gerencia as diretrizes e ações da PRSA, agenda ESG e risco social, ambiental e climático da instituição, as Gerências de Risco de Crédito Pessoa Física e Pessoa Jurídica (GERCE e GERIF), responsáveis por avaliar, controlar e mitigar o risco social, ambiental e climático no processo de concessão de crédito.

A partir da gestão de risco social, ambiental e climático a DICRI visa minimizar o risco financeiro, reputacional e de imagem, além de incentivar medidas voltadas à identificação de riscos climáticos nas atividades e operações do Banpará, observando os critérios de relevância e proporcionalidade. Diante disso, firmar o compromisso da Instituição com a responsabilidade socioambiental e climática na área de atuação, colaborando para o crescimento econômico sustentável, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social.

Para mitigar a ocorrência de perdas associadas a este risco, é realizada a classificação do risco social, ambiental e climático, que considera as atividades exercidas pelos clientes da carteira de crédito pessoa jurídica a partir da utilizando-se utilização de ferramentas de pesquisas externas e formulários preenchido pelos tomadores de crédito.

A metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade e governança social, ambiental e climática do cliente. Os referidos fatores observam: regularidade das atividades do cliente perante a legislação, padrões de gestão e histórico de ocorrência socioambientais (consulta externa).

O modelo utilizado para classificação visa atender, principalmente, as Resoluções nº 4.557/2017, nº 4.943/2021, nº 4.945/2021, Resolução CONAMA nº 237/1997, Resolução COEMA nº 162/2021, Normativo SARB nº 14/2014, Normas Regulamentadoras 1 (NR 1), 4 (NR 4), 7 (NR 7), 9 (NR 9).

Quanto a carteira comercial pessoa física, a mitigação do risco centra a atenção na prevenção do superendividamento dos clientes, para isso o Banco constitui em suas políticas internas níveis máximos de endividamento de maneira individual, por produto, modalidade de crédito e global. Essas métricas estão suportadas nos legados

Notas Explicativas

de riscos e de crédito implantados na instituição, sendo que a SURIS, entre as suas rotinas mensais de acompanhamento global da carteira, se preocupa em identificar os clientes que podem estar em condição de superendividados, visando dar o reporte para as áreas de crédito do Banco que tem ação/competência para regularizar a situação junto aos clientes.

No processo institucional, a área de risco operacional realiza a mitigação do risco socioambiental por meio da análise da base de perdas, onde são levantadas as perdas decorrentes de processos administrativos e judiciais de que a Instituição seja parte e as perdas que são relacionados a imóveis próprios – BNDU (Bens Não de Uso), adquiridos ou retomados pelo Banco. Realiza, ainda, o monitoramento dos fornecedores diretos e relevantes no que diz respeito aos aspectos socioambientais nos processos de contratação de fornecedores e prestadores de serviços.

O acompanhamento do risco social, ambiental e climático, para a carteira de crédito pessoa jurídica, é realizado a partir do monitoramento das validades das classificações de risco social, ambiental e climático geradas na concessão de crédito, em conjunto com as agências de relacionamento, e do acompanhamento da vigência das licenças, autorizações e programas solicitados do cliente. Já o controle, ocorre com a criação do plano de ação direcionado para o cliente dada a necessidade de regularização do compliance das documentações.

Gerenciamento de capital:

O Banpará realiza o monitoramento e o controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo de capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital, tais como:

- Monitoramento do patrimônio de referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA.
- Os impactos das oscilações das parcelas de RWA no Índice de Basileia e no Plano de Capital.

Notas Explicativas

- O acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco.
- A realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) para avaliação de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio.
- A elaboração e a revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de cinco anos.
- Os reportes do processo de gerenciamento de capital aos órgãos de governança da instituição, realizados mensalmente ou tempestivamente.

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores (DICRI), pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos (NUPLE), pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro (SURIS), e por todas as demais unidades envolvidas no processo.

Entre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- Políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco.
- Plano de capital abrangendo o horizonte de cinco anos.
- Plano de Contingência de Capital.
- Declaração de Apetite por Riscos (RAS).
- Programa de Teste de Estresse.
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Análise de resultado de capital no exercício

Em dezembro de 2022, o PR encerrou o ano com R\$ 1.588.644, superior em 4,70% (R\$ 71.343) na comparação com dezembro de 2021, impulsionado pelo resultado líquido do período.

Notas Explicativas

O Montante da parcela de RWA ao final de 2022 totalizou R\$ 9.833.706, crescendo 19,57% (R\$ 1.609.189) em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento foi decorrente ao crescimento das parcelas de exposição ao risco de crédito - RWACPAD em 18,51% (R\$ 1.381.914), ao risco de mercado - RWAMPAD 165,60% (R\$ 49.208), e ao risco operacional - RWAOPAD em 24,45% (R\$ 178.067).

O IB registrado foi de 16,16%, apresentando redução em 2,29 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2021, impactado pelo crescimento do montante da parcela do RWA, que teve a variação percentual maior que o PR para o período.

Índice de Basileia	31.12.2022	31.12.2021
Patrimônio de Referência - PR	1.588.644	1.517.301
Nível I	1.588.644	1.517.301
Capital principal	1.588.644	1.517.301
Capital social	1.473.122	1.473.122
Reservas de capital, reavaliação e de lucro	246.056	165.576
Ajustes prudenciais*	(130.534)	(121.397)
Ativos ponderados pelo risco - RWA**	9.833.706	8.224.517
Exposição ao risco de crédito - RWACPAD	8.848.309	7.466.395
Exposição ao risco de crédito - RWAMPAD	78.923	29.715
Exposição ao risco de variação da taxa de juros prefixadas- RWAJUR1	15.705	1.726
Exposição ao risco de variação cambial - RWACAM	63.218	27.989
Exposição ao risco operacional - RWAOPAD	906.474	728.407
IRRBB	246.012	177.460
Valor de margem sobre PR***	310.094	517.389
Índice de Basileia Banpará - IB	16,16%	18,45%

* O saldo de Ajustes Prudenciais reduz o valor de PR.

** Os componentes RWA_{JUR2} , RWA_{JUR4} e RWA_{COM} não são demonstrados no quadro, pois o Banco não possui tais exposições.

*** Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRBB e o saldo do ACPConservação.

Informações adicionais sobre processos de controle de riscos estão no sítio: www.banpara.b.br, na rota: O BANPARA > Relações com Investidores > Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

19. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde

19.1. Plano de suplementação de aposentadoria

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é

Notas Explicativas

efetuada atualmente pela Icatu Fundo Multipatrocinado, entidade fechada de previdência privada.

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, apresenta as seguintes características:

CARACTERÍSTICAS	PREVRENDA
Modalidade (consoante à Resolução CNPC nº 41/2021)	Contribuição Definida – CD
Situação	Ativo/em funcionamento
Patrocinadoras	Banco do Estado do Pará S/A - BANPARÁ
Tipo de patrocínio	Lei complementar nº108 e 109/01
Quantidade de grupo de custeio	01

Adicionalmente, o **Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA** assegura os seguintes benefícios, segundo os dispositivos regulamentares vigentes:

- Renda temporária.
- Benefício por morte e por invalidez do participante ativo.
- Benefício por morte do participante em gozo de benefício.
- Pecúlio por morte e invalidez.

Segue abaixo as últimas informações atualizadas:

	31.12.2022	31.12.2021
Participantes ativos		
Quantidade	1.526	1.309
Idade média (anos)	46	46
Salário médio (R\$)	10.202	9.657
Participantes assistidos		
Quantidade	86	78
Idade média (anos)	73	72
Benefício médio (R\$)	2.113	1.743
Pensionistas		
Quantidade	47	45
Idade média (anos)	58	55
Benefício médio	1.435	2.091

Os cálculos atuariais foram desenvolvidos em estrita observância aos itens do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 R1 que tratam de benefícios pós-emprego e, mais especificamente, de planos de contribuição definida.

Notas Explicativas

A qualidade de base cadastral utilizada para fins das avaliações atuariais é fundamental para a obtenção de obrigações atuariais eficientes e não tendenciosas, sendo a análise desta imperiosa para a mitigação da volatilidade de resultados.

A base cadastral posicionada em 30 de novembro de 2022 observou o layout estabelecido, bem como foi submetida à análise de consistência e testes de suficiência, conforme critérios técnicos pertinentes, sendo considerada adequadas para fins de avaliação atuarial.

Segundo o Plano Anual de Custeio, o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, das quais é descontado o custeio integral dos benefícios de risco (Benefício por Morte e por Invalidez do Participante Ativo) geridos no sistema de repartição simples.

As principais premissas atuarias utilizadas (médias anuais):

HIPÓTESES E PREMISSAS		
	31.12.2022	31.12.2021
Posição dos dados	Nov-22	Nov-21
Elegibilidade	Primeira Idade	Primeira Idade
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de financiamento	Crédito Unitário	Crédito Unitário Projetado
	Projetado - PUC	- PUC
Composição familiar		
Ativos	Hx (Diferença de Idade: 3 anos)	Hx (Diferença de Idade: 3 anos)
Aposentados	Cadastro Individual	Cadastro Individual
Crescimento real de salários	2,24%	2,24%
Taxa de rotatividade	MERCER PREV-RENDA (Taxa média de 2,74% a.a.)	MERCER PREV-RENDA (Taxa média de 2,74% a.a.)
Taxa real anual de juros	6,10%	5,24%
Taxa de Inflação projetada*	5,64%	4,96%
Taxa anual de juros	12,08%	10,46%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	12,08%	10,46%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F	MI-85 M&F
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 M&F Geracional AA	RP 2000 M&F Geracional AA
Índice de atualização	INPC	INPC
*Representa a inflação projetada conforme informado pela patrocinadora		
Principais premissas atuarias		
Crescimento real de salários	2,24%	
Taxa real anual de juros	6,10%	
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 M&F Geracional AA	

Notas Explicativas

19.2. Reconhecimento do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme demonstrado a seguir:

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDIA é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, das quais é descontado o custeio integral dos benefícios de risco (Benefício por Morte e por Invalidez do Participante Ativo) geridos no sistema de repartição simples.

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDIA é superavitário e não possui Fundo Previdencial de Revisão de Plano, possuindo, no entanto, um Fundo Previdencial classificado como Outros Definidos em Nota Técnica, que tem finalidade de abater as contribuições deste.

Conclui-se que não existem benefícios econômicos que possam ser reconhecidos. Adicionalmente, o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDIA não registra valores em Exigível Contingencial, referente a demandas judiciais de participantes contra o ICATU-FMP, não existindo, portanto, risco legal a ser contabilizado referente ao seu patrocínio.

Outrossim, não foram registradas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos investimentos no período analisado, não havendo risco de crédito referente à contabilização dos ativos financeiros do plano.

Notas Explicativas

A) - Conciliação dos ativos do plano		
	31.12.2022	31.12.2021
Valor justo dos ativos no início do período	2.689	2.149
Receita de juros dos ativos	351	256
Contribuições do patrocinador	283	263
Contribuições do empregado	-	-
Benefícios pagos	-	-
Efeitos da mudança da taxa de câmbio	-	-
Efeito de combinações e alienações de negócios (alt. regulamentar)	-	-
Ganhos/(perdas) sobre o ativo justo	27	21
Valor justo dos Ativos no final do período	3.350	2.689
B) - conciliação do valor presente da obrigação de benefício definido		
	31.12.2022	31.12.2021
Valor da obrigação atuarial no início do período	(680)	(658)
Custo de juros líquido	(36)	(82)
Custo do serviço corrente líquido	-	-
Custo do serviço passado	-	-
Benefícios pagos	-	-
Contribuições patrocinador	-	-
Contribuições assistidos	-	-
Efeito de combinações e alienações de negócios (alt. regulamentar)	-	-
Ganhos/ (perdas) sobre a obrigação atuarial	(57)	60
- Ganhos/ (perdas) decorrentes da experiência	(61)	(3)
- Ganhos/ (perdas) decorrentes de mudança biométricas	-	-
- Ganhos/ (perdas) decorrentes de mudança financeira	4	63
Valor da obrigação atuarial no final do período	(773)	(680)

Com efeito, o Plano auferiu nível de solvência econômica e atuarial no montante de R\$ 2.577, equivalente a 333,22% do Valor da Obrigação Atuarial do Plano.

Assim sendo, não há, portanto, passivo a ser reconhecido ou aportes adicionais a serem vertidos, à luz da CPC 33 (R1), para 31 de dezembro de 2022.

19.3. Plano de saúde

O Banco oferece plano de saúde a seus funcionários ativos e inativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

Notas Explicativas

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados ativos, conforme tabela abaixo, incidente sobre a remuneração bruta. O Banco somente custeia valores quando os descontos aplicados aos funcionários forem insuficientes para suportar o valor mensal do contrato.

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$ 1.793,20	2,50%
2	De R\$ 1.793,21 a R\$ 2.236,16	3,00%
3	De R\$ 2.236,17 a R\$ 3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$ 3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

O custeio do plano de assistência à saúde é integralmente arcado pelos empregados inativos, estes são aderentes ao plano de demissão voluntaria de 2019 e enquadrados no acordo coletivo sobre a emenda constitucional 102/2019.

20. Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Deliberação CVM nº 642/10 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas no mercado.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantém operações bancárias com esta instituição financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de

Notas Explicativas

produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Estado do Pará	6.525.040	4.872.022
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº 10 c)	1.271.893	1.185.369
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	5.253.147	3.686.653

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e Participações dos Administradores	31.12.2022	31.12.2021
Remuneração	2.517	2.512
Diretoria	1.628	1.711
Conselho de Administração	889	801
Participação nos Lucros e resultados	302	294
Administradores	302	294

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Em 31 de dezembro de 2022 o Banco possui o valor de R\$ 4.882 (R\$ 5.750 em 31 de dezembro de 2021) em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação acionária:

Em 31 de dezembro de 2022, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 17 ações.

Notas Explicativas

21. Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 31 de dezembro de 2022 R\$ 253.488 (em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 251.588.)

22. Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido

Demonstração do cálculo de imposto de renda e contribuição social

DESCRIÇÃO	2º Sem 2022		31.12.2022		31.12.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	135.581	148.930	251.861	284.835	365.376	443.071
Participações no lucro	(20.463)	(20.463)	(35.685)	(35.685)	(42.019)	(42.019)
Juros s/ capital próprio e participações	58.380	58.380	82.741	82.741	75.709	75.709
Base de cálculo	173.498	186.847	298.917	331.890	399.066	476.762
Adições (exclusões)	(74.588)	(88.113)	(69.175)	(102.450)	(40.378)	(118.367)
Base de cálculo	98.910	98.734	229.742	229.440	358.688	358.688
Alíquota normal (15% e 20%)	14.836	20.292	34.461	46.433	53.803	79.731
Adicional do imposto de renda (10%)	9.879	-	22.950	-	35.845	-
IR e CSLL devidos	24.715	20.292	57.411	46.433	89.648	79.731
Programa de alimentação ao trabalhador	(593)	-	(1.378)	-	(2.152)	-
Incentivos fiscais	(1.287)	-	(1.287)	-	(2.152)	-
Prorrogação da licença maternidade	(510)	-	(855)	-	(727)	-
IR e CSLL a Pagar	22.325	20.292	53.891	46.433	84.617	79.731

a. Ativos fiscais diferidos - Créditos tributários ativados

O Banco registra como ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 189.291 relativo às diferenças temporárias de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos e provisões judiciais trabalhistas, ativadas em 2011 a 2022 sendo o total decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e de 20% de CSLL até 2021.

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito será realizado com base nas

Notas Explicativas

perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resolução CMN nº 4.842/2020 e Instrução CVM nº 371/2002. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de dez anos.

Movimentação dos créditos tributários

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Créditos tributários	31.12.2021	31.12.2022		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença temporária - IRPJ	88.268	57.474	(40.580)	105.162
Diferença temporária - CSLL	70.669	46.605	(33.145)	84.129
Total	158.937	104.079	(73.725)	189.291

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possuía registrado o montante de R\$ 189.291 (R\$ 158.937 em 31 de dezembro de 2021) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária de IRPJ e CSLL, provenientes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões judiciais trabalhistas, provisão para outros créditos, provisão de licença prêmio, provisão judiciais cíveis e marcação a mercado, dos quais R\$ 73.725 foram realizados ao longo do período.

Créditos tributários	31.12.2021	31.12.2022		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	123.639	85.794	(57.661)	151.772
Diferença Temporária - Trabalhista	15.292	4.883	(4.308)	15.867
Diferença Temporária - Prov. outros créditos.	3.131	3.264	(1.747)	4.648
Diferença Temporária - Prov. licença prêmio	7.357	5.667	(3.665)	9.359
Diferença Temporária - Prov. cíveis	8.322	2.956	(3.753)	7.525
Diferença Temporária - Marcação a mercado	1.196	1.515	(2.591)	120
Total	158.937	104.079	(73.725)	189.291

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

Notas Explicativas

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio, provisão Judiciais Cíveis e Marcação a Mercado:

Projeção de realização	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2032	Total
Crédito tributário de I.R	12.323	11.738	11.615	11.512	10.947	47.026	105.161
Crédito tributário de C. social	9.859	9.390	9.292	9.210	8.757	37.622	84.130
Total dos créditos	22.182	21.128	20.907	20.722	19.704	84.648	189.291
Taxa média de captação a.a. (%)	10,77	7,27	6,82	6,71	6,72	33,64	-
Valor presente do crédito tributário	20.025	17.782	16.471	15.300	13.632	48.758	131.968

b. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2022 totalizavam R\$ 4.559 (R\$ 4.257 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2021	31.12.2022			
	Saldo	Reversão	Constituição	Saldo	Ativo fiscal diferido
Provisão para riscos fiscais	7.661	(257)	928	8.332	3.749
Provisão para outros valores e bens	1.800	-	-	1.800	810
Total das adições temporárias	9.461	(257)	928	10.132	4.559

23. Outras Receitas e Despesas

23.1. Outras Receitas/Despesas Operacionais

Outras receitas operacionais	2º Sem 2022	31.12.2022	31.12.2021
Recuperação de encargos e despesas	443	813	824
Reversão da provisão de outros créditos em liquidação	5.154	6.889	5.930
Reversão da provisão férias, 13º salário e lic. prêmio	10.232	16.831	13.922
Reversão de provisões passivas	7.347	18.009	15.550
Atualização de valores ativos	4.161	8.473	6.299
Atualização de depósitos judiciais	5.228	9.258	4.365
Variação cambial e diferença de taxas	2.778	14.539	7.200
Outros	1.045	1.549	1.145
Total	36.389	76.361	55.235

Notas Explicativas

Outras despesas operacionais	2º Sem 2022	31.12.2022	31.12.2021
Serviços associados a transações de pagamento	(1.563)	(3.025)	(2.756)
Desc. concedidos em renegociações	(400)	(927)	(886)
Variação cambial e diferença de taxas	(12.722)	(19.350)	(4.110)
Estorno de rendas	(838)	(966)	(1.427)
Contingências	(9.278)	(18.186)	(15.220)
Provisão de outros créditos em liquidação	(7.773)	(10.216)	(5.032)
Ações cíveis	(715)	(1.807)	(2.177)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	-	(103)	(335)
Outras obrigações passivas	(9.280)	(9.280)	-
Outros	(886)	(2.478)	(821)
Total	(43.455)	(66.338)	(32.764)

23.2. Outras Receitas e Despesas

Outras receitas e despesas	2º Sem 2022	31.12.2022	31.12.2021
Insubsistências passivas	1.041	2.006	7.374
Superveniências ativas	1.928	3.475	6.283
Recuperação de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	4	30	180
Outras receitas	219	423	527
Insubsistências ativas	(1.787)	(3.403)	(9.091)
Superveniências passivas	(355)	(495)	(5.011)
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(442)	(1.911)	(4.611)
Perdas em outros investimentos (a)	(11.754)	(11.754)	-
Outras despesas	(3)	(270)	(249)
Total	(11.149)	(11.899)	(4.598)

(a) O valor demonstrado em perdas em outros investimentos refere-se aos títulos classificados como letras de crédito imobiliárias adquiridas pelo Banpará junto ao Banco BVA S/A em 2012, considerando que em 2014 este teve falência decretada, o Banpará constituiu à época, provisão para reconhecimento da perda provável do referido título. No 3º trimestre de 2022, o Banpará efetuou estudo técnico conjunto entre a área jurídica e contábil, que concluiu que o valor deveria ser reconhecido como perda definitiva em razão de sua natureza, em contrapartida foi realizada a reversão do valor de R\$ 11.754 provisionado no exercício de 2013.

Notas Explicativas

23.3. Receitas de Prestação de Serviço

Receita de Prestação de Serviços	2º Sem 2022	31.12.2022	31.12.2021
Rendas por serviços de pagamento	5.724	10.294	6.889
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	1.711	3.624	3.373
Rendas de cobrança	354	813	687
Rendas de pacotes de serviços - PF	44.881	86.731	75.142
Rendas de serviços diferenciados - PF	803	1.536	1.103
Rendas de serviços especiais - PF	613	1.567	1.673
Rendas de convênios	1.561	2.984	3.026
Rendas de comissão de seguros e outros	10.592	20.118	13.313
Rendas de outros serviços	2.234	3.784	1.889
Total	68.473	131.451	107.095

23.4. Rendas de Tarifas Bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	2º Sem 2022	31.12.2022	31.12.2021
Fornecimento de 2ª via de cartão	93	198	271
Saque de conta depósito à vista e poupança	1.986	3.529	3.980
Transferência por meio de DOC/TED	2.134	4.033	4.636
Concessão de adiantamento e depositante	539	770	362
Anuidade cartão de crédito	7.958	15.158	6.621
Pacote de serviço	5.331	10.480	9.231
Fornecimento de folha de cheque	130	259	234
Operações de crédito	230	443	337
Manutenção de conta ativa	411	823	749
Convênios	5.421	9.576	8.202
Outras rendas	983	1.761	1.170
Total	25.216	47.030	35.793

23.5. Despesa de Pessoal

Despesas de pessoal	2º Sem 2022	31.12.2022	31.12.2021
Honorários	(1.410)	(2.712)	(2.712)
Encargos sociais	(69.428)	(123.438)	(109.412)
Benefícios	(54.666)	(96.405)	(80.390)
Proventos	(189.257)	(343.601)	(308.096)
Remuneração de estagiários	(1.282)	(2.439)	(2.202)
Treinamento	(1.228)	(1.985)	(1.848)
Total	(317.271)	(570.580)	(504.660)

Notas Explicativas

23.6. Outras Despesas Administrativas

Outras despesas administrativas	2º Sem 2022	31.12.2022	31.12.2021
Água e energia	(7.454)	(14.618)	(13.646)
Aluguéis	(18.397)	(35.596)	(31.589)
Comunicações	(17.556)	(37.696)	(39.378)
Contribuições filantrópicas	(277)	(584)	(581)
Manutenção e conservação de bens	(10.157)	(21.316)	(23.990)
Material	(1.049)	(2.295)	(4.660)
Processamento de dados	(62.209)	(122.587)	(121.306)
Promoções e relações públicas	(5.163)	(7.211)	(12.944)
Propaganda e publicidade	(4.572)	(20.954)	(16.466)
Publicação	(557)	(587)	(703)
Seguro	(112)	(283)	(613)
Serviços do sistema financeiro	(24.295)	(44.843)	(40.270)
Serviços de terceiros	(6.989)	(13.980)	(14.150)
Serviços de vigilância	(38.286)	(72.192)	(58.524)
Serviços técnicos especializados	(2.206)	(5.418)	(3.946)
Transportes	(18.077)	(34.378)	(30.270)
Viagens	(501)	(709)	(255)
Multas aplicadas	-	-	(47)
Outras despesas administrativas	(4.047)	(7.608)	(6.794)
Amortização	(18.765)	(35.221)	(30.687)
Depreciação	(5.883)	(12.170)	(12.085)
Total	(246.552)	(490.246)	(462.904)

23.7. Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	2º Sem 2022	31.12.2022	31.12.2021
Outras despesas tributárias	(368)	(1.575)	(1.504)
Imposto s/ serviço de qualquer natureza - ISS	(4.702)	(8.940)	(7.149)
Contribuição ao COFINS	(34.056)	(64.144)	(64.010)
Contribuição ao PIS/PASEP	(5.534)	(10.423)	(10.402)
Total	(44.660)	(85.082)	(83.065)

24. Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 2/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado dos últimos 12 meses, de 12,38%, e o IPCA projetado* para 2023, de 5,31%. Segue abaixo os efeitos esperados:

Notas Explicativas

Operação - CDI	Base 31.12.2022	Cenário provável (12,38%)	Cenário possível - estresse 25% (15,48%)	Cenário remoto - estresse 50% (18,57%)
Títulos e valores mobiliários	1.551.761	(192.108)	(240.213)	(288.162)
Operação - IPCA	Base 31.12.2022	Cenário provável (5,00%)	Cenário possível - estresse 25% (6,64%)	Cenário remoto - estresse 50% (7,97%)
Provisão para contingências	60.440	(3.209)	(4.013)	(4.817)

* Referência utilizada pelo relatório de mercado FOCUS em 30/12/2022.

Para provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a análise de sensibilidade busca medir o efeito do aumento da provisão para fazer face as perdas em função do incremento percentual de 150% dos ativos problemáticos. No incremento, a despesa de provisão estimada é de R\$ 57.497 e o resultado do Banco sofrerá impactos decorrentes desse aumento, conforme demonstrativo a seguir.

Cenário atual	Saldo	Ativo problemático	Provisão sobre ativo problemático
AA	6.415.849	-	-
A	3.528.783	-	-
B	230.397	-	-
C	55.859	-	-
D	96.476	-	-
E	30.159	9.464	2.839
F	28.255	12.117	6.059
G	36.282	24.297	17.008
H	154.802	96.008	96.008
Total	10.576.862	141.886	121.914

Aumento 150% ativo problemático	212.830
--	----------------

Cenário estresse	Ativo problemático	Provisão sobre ativo problemático	Complemento de provisão
E	14.196	4.259	1.420
F	18.176	9.088	3.029
G	36.446	25.512	8.504
H	144.012	144.012	48.004
Total ativo problemático	212.830	182.871	60.957

25. Outras Informações

a. Resultados não recorrentes

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios

Notas Explicativas

futuros. O Banco, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não possui eventos não recorrentes que tenham impactado no resultado.

b. Eventos subsequentes

No início do exercício de 2023, o Banpará identificou uma diferença no seu passivo em decorrência de inconsistências relacionadas a provisão de férias e seus respectivos encargos sociais que estão sendo apuradas, tanto internamente, pelo Banco, quanto pela auditoria externa independente, após a conclusão dessa análise o Banpará procederá com o ajuste necessário.

c. Plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/21

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/21, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta Resolução registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. Referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de Janeiro de 2023.

Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Etapas 1 - Avaliação (2022/2023): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com

Notas Explicativas

detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis;

Etapa 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Etapa 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Etapa 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Etapa 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Etapa 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025): Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/21.

Durante a execução da Etapa 1 foram mapeados os seguintes principais impactos.

- **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais.
- **Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais:** reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de originação.

Notas Explicativas

- **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.
- **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa e mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.
- **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O Banpará adotará o modelo completo de Perdas Esperadas. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.
- **Disposições transitórias:** serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Res. 4966, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 01/01/2025.

d. Processo Investigatório

Ao final de 2022, o Banco tomou conhecimento de denúncias anônimas tendo por objeto supostas práticas irregulares em operações com fornecedores, em desacordo com o Código de Conduta e Ética da Companhia. Diante disso, o Conselho de Administração determinou a constituição de Comitê de Investigação para apuração dos fatos alegados nas denúncias.

Notas Explicativas

A partir de investigações internas, concluiu-se que não foram evidenciados indícios de ato intencional de um ou mais indivíduos da administração que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal e que o pagamento à fornecedores está em conformidade com os regulamentos internos do Banco.

Visando fortalecer a Governança e atender as boas práticas, o Consad autorizou a contratação de especialistas externos independentes.

Em paralelo as ações adotadas acima, o Banpará prosseguirá acompanhando os resultados das investigações, cooperando plenamente com o processo de investigação conduzido pelo especialista externo, ressaltando que a instituição repudia fielmente qualquer prática de corrupção e que com o intuito de manter a ética e a transparência de suas ações, disponibiliza frequentemente ao mercado informações relativas à condução das apurações das referidas denúncias.

No processo de fortalecimento da estrutura de controles internos e compliance, o Banco implementou várias medidas objetivando o aprimoramento de processos e gestão de governança corporativa da Instituição. Entre as medidas realizadas destacamos: a Revisão do Código de Ética e Conduta com vistas ao aprimoramento dos princípios adotados pela Instituição de forma a refletir a realidade e o contexto no qual está inserida; manutenção das imposições legais, das determinações dos órgãos reguladores e das melhores práticas do mercado. Obtendo, dessa forma, a melhor relação possível com os fatores internos e externos à Instituição, garantindo o crescimento constante apresentado nos últimos anos, contornando as adversidades organizacionais e evoluindo com elas.

É relevante destacar, outrossim, que Banpará entrou na lista das Empresas e Instituições Signatárias do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção em agosto/2022; assim como realizou treinamento institucional para todos os seus funcionários a respeito da temática de anticorrupção.

Cabe mencionar, ainda, que o Banpará possui Programa de Compliance, elemento de estrutura de governança corporativa, que consiste em um conjunto de procedimentos, mecanismos e diretrizes internas, envolvendo toda a Instituição e as

Notas Explicativas

partes interessadas, constituído com o fim de monitorar, prevenir e tratar possíveis irregularidades normativas na realização das atividades do Banco e, consequentemente, mitigar os riscos de compliance.

Ademais, foram compreendidos no desenho do Programa os requisitos expressos nos dispositivos legais que versam sobre Integridade e, mais especificamente: da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; Do Decreto Federal nº 8.420, de 18 de março de 2015; Do Decreto Estadual nº 2.289, de 13 de dezembro de 2018 e do Normativo SARB 021/2019, de março de 2019. Desta forma, medidas anticorrupção estão integradas ao Programa de Compliance Banpará.

Dentre os pilares do programa merece destaque o Canal de Denúncia que se caracteriza como a via de comunicação oficial disponibilizada no site institucional a todo público interno e externo, para reporte de potenciais violações ao Código de Ética e Conduta do Banpará, Políticas internas e aos dispositivos regulatórios aplicáveis às atividades do Banco.

Com o objetivo de aprimoramento contínuo do Canal, inclusive para dar celeridade à apuração de ocorrências, em 2023, houve a atualização do Manual de Normas e Procedimentos do Canal de Denúncias do Banpará no que concerne a atualização dos fluxos do processo, das responsabilidades das áreas envolvidas e de procedimentos em alinhamento aos normativos internos, melhores práticas de mercado em conformidade com a legislação vigente, bem como a criação do Comitê de Ética com o objetivo avaliar e acompanhar as questões que envolvem o Gerenciamento de Denúncias, medidas estas que fortalecem a governança corporativa e compliance dentro Banpará.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Diretores do
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
Belém - PA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banpará"; "Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos que possam advir dos assuntos mencionados nos parágrafos "Base para opinião com ressalva – Limitação de escopo", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião com ressalva

Limitação de escopo – Provisão de férias

Conforme indicado na Nota 14 – Provisões com pessoal, em 31 de dezembro de 2022, o Banpará possuía registrado um montante de R\$ 1.632 mil referente a Provisão de férias, cuja apuração foi objeto de revisão pelo Banco, considerando os direitos regulares de férias de cada funcionário bem como os eventuais acréscimos legais por acúmulo temporário de função desde 2015. O Banpará está em fase de conclusão dessa revisão, incluindo dos parâmetros de cálculo do sistema de folha de pagamentos e dos respectivos reflexos nos registros contábeis. Tendo em vista que essa revisão e consequentes reflexos contábeis ainda não se encontram finalizados e registrados, não foi praticável concluirmos sobre o saldo de Provisão de férias de R\$ 1.632 em 31 de dezembro de 2022.

Limitação de escopo – Plano de benefícios a empregado

Conforme indicado na Nota 19 – Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde, em 31 de dezembro de 2022, o Banpará possuía obrigações com plano de previdência e de saúde, cuja avaliação e cálculos dos impactos ao Banco são realizados por especialista atuarial independente. Os critérios adotados para essa apuração, o entendimento das obrigações do Banpará como ente patrocinador, assim como as respectivas documentações suporte e demais evidências, não estão suficientemente aderentes aos requisitos do comunicado técnico CPC 33 (R1), que define as obrigações de patrocinadores de planos de benefícios a empregados. Consequentemente, não foi praticável concluirmos sobre os eventuais reflexos da aplicação integral da citada norma no Banpará em 31 de dezembro de 2022.

Limitação de escopo – Investigação em curso

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25 (d) às demonstrações financeiras, a administração do Banco adotou ações investigativas com o propósito de averiguar denúncias relatando eventuais descumprimentos de leis e regulamentos e supostas atividades comerciais em desacordo com o Código de Conduta e Ética do Banco por parte de seus empregados, administradores e ex-executivos, bem como vem procedendo à reorganização interna do processo e da governança para apuração de denúncias. Essas ações, incluindo análises internas sobre procedência e respectivas investigações, ainda se encontram em andamento. Consequentemente, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações, nem seus eventuais reflexos nas demonstrações financeiras do Banco do Estado do Pará S.A., se houver.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA")

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício encerrados em 31.12.2022. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Por que é um PAA?

A constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banpará. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2(h), 7.2 e 7.3 às demonstrações financeiras, as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados pelo nível de risco, de acordo com o julgamento da Administração, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. Para tanto, o Banpará utiliza políticas internas que consideram a definição de ratings de classificação de risco de crédito para os devedores e suas respectivas operações, envolvendo níveis de inadimplência e premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de

representar sua melhor estimativa quanto ao risco de crédito de sua carteira.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras, ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito; (b) entendimento e testes do desenho, implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre o processo de atribuição de "ratings" aos devedores e suas respectivas operações; (c) análise dos critérios de provisionamento dessas operações e revisão das premissas utilizadas pela Administração e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, com base em amostragem; (d) análise do nível de provisionamento total das carteiras; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a estimativa do Banco para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

2. Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas

Por que é um PAA?

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2 (p), 14 e 16 às demonstrações financeiras, o Banpará é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. A atribuição do prognóstico de perda dos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da Administração do Banco, e levam em consideração aspectos relacionados à existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros, apesar da incerteza inerente a prazos e desfechos.

Devido à relevância, complexidade e julgamentos envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas e a mensuração dos montantes provisionados; (b) obtenção de cartas de confirmação das demandas diretamente com os assessores jurídicos externos e internos e confronto dos prognósticos de perdas e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis; (c) análise por amostragem para inspecionar a documentação dos processos judiciais provisionados pelo método individualizado; (d) avaliação dos parâmetros estatísticos utilizados nos casos massificados; (e) apoio de nossos especialistas tributários na avaliação de temas relevantes, prognósticos em relação à jurisprudência e teses jurídicas conhecidas; e (f) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Ambiente de tecnologia da informação

Por que é um PAA?

As operações do Banpará são dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia da informação e seus sistemas, capazes de suportar um elevado volume de transações processadas diariamente para fins de integração aos seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, possuem riscos comuns relacionados à segurança, ao processamento e à geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Devido à importância do ambiente geral de tecnologia no contexto das operações do Banpará e, conseqüentemente, na formação de informações confiáveis para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes críticos que suportam as principais atividades de negócio do Banco, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banpará.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração do Banco, foram identificadas deficiências relevantes no ambiente de tecnologia relacionadas à governança sobre gestão de acessos a sistemas, gestão de interfaces e gestão de mudanças. Como consequência, alteramos nosso planejamento de auditoria para determinados sistemas, modificando a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos sobre os saldos contábeis, de modo a obtermos evidências adicionais de auditoria que fossem suficientes e apropriadas para concluirmos sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do Banpará referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria em 17 de fevereiro de 2022, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banpará, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banpará. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração do Banco.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de

apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 27 de setembro de 2023

Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8 "F" PA

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC - 1SP191325/O-0

Rodrigo Ribeiro Viñau
Contador CRC-1SP 236048/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo artigo n.º 163 da Lei n.º 6.404/76, tendo examinado as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração e da opinião do Comitê de Auditoria Estatutário, constatou que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que estas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela instituição no período. Desse modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação, com exceção dos pontos ressalvados advindos do relatório dos auditores independentes.

Belém, 26 de setembro de 2023.

Adler Gerciley Almeida da Silveira
Presidente

José Maria Tavares Teixeira
Membro

Raimundo Benedito Pinheiro
Membro

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, diante do que foi exposto, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 do Banco do Estado do Pará foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Somando-se fatos importantes, tais como: as reuniões periódicas com a Contabilidade, Controles internos e compliance, com a Auditoria Interna, e com a Auditoria Independente e demais áreas do Banpará, possibilitam ao Comitê de Auditoria Estatutário concluir que as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes.

Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário conclui que as demonstrações financeiras do 2º semestre de 2022 e exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 do Banpará são adequadas e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará.

Belém, 26 de setembro de 2023.

Sérgio Roberto Ribeiro Maciel
Coordenador

Maria Luiza Silva Nascimento
Membro

Rosiomar Santos Pessoa
Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que revisamos as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 do Banco do Estado do Pará S.A. Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados, com exceção dos pontos ressalvados advindos do relatório dos auditores independentes.

Belém, 22 de setembro de 2023.

Ruth Pimentel Mélo
Diretora-Presidente

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho
Diretor

Vando Wagner Soares Ferreira
Diretor

Igor Barbosa Gonçalves
Diretor

Graciele Silva de Sousa Galvão
Diretora

Adriano de Aguiar Ribeiro
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da MAZARS Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém, 22 de setembro de 2023.

Ruth Pimentel Mélo
Diretora-Presidente

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho
Diretor

Vando Wagner Soares Ferreira
Diretor

Igor Barbosa Gonçalves
Diretor

Graciele Silva de Sousa Galvão
Diretora

Adriano de Aguiar Ribeiro
Diretor